

Aula 00

*TJ-MG (Analista Judiciário - Psicólogo
Judicial) Psicologia - 2021 (Pré-Edital) -
Somente em PDF*

Autor:
Débora Fabiano de Sousa

15 de Abril de 2021

Sumário

Psicodiagnóstico	5
1 - Conceituação	5
2 – Objetivos do Psicodiagnóstico	6
3 – Etapas do Psicodiagnóstico	9
3.1. Elaboração das Perguntas ou Hipóteses	10
3.2. Contrato de Trabalho	10
3.3. Definição de um Plano de Avaliação	11
3.4. Aplicação de Testes e Técnicas.....	11
3.5 Levantamento, Análise, Interpretação e Integração dos Resultados	12
3.6. Diagnóstico e Prognóstico.....	12
3.7. Comunicação dos Resultados	13
Avaliação Psicológica	14
1 - Considerações Iniciais	15
2 - Estratégias de Avaliação Psicológica	19
2.1. Testes Psicológicos.....	19
2.2. Entrevista.....	24
2.3. Observação	25
3 - Contextos de Avaliação Psicológica	26
4- Diretrizes para Atuação do Psicólogo	27
Elaboração de Documentos Psicológicos: Laudo Psicológico e outros informes	29
1 - Disposições Gerais	30
2 – Disposições Especiais	30
2.1. Princípios Fundamentais na Elaboração de Documentos Psicológicos	30



2.2. Modalidades de Documentos.....	34
2.3. Conceito, Finalidade e Estrutura.....	35
2.4. Guarda dos Documentos.....	48
2.5. Destino e Envio dos Documentos.....	48
2.6. Prazo de Validade do Conteúdo dos Documentos	49
2.7. Entrevista Devolutiva	49
Questões Comentadas.....	50
Lista de Questões.....	67
Gabarito	77
Referências Bibliográficas	78



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Iniciamos nosso **Curso de Psicologia do Tribunal de Justiça de Minas Gerais** composto de teoria e questões, voltado para provas objetivas e discursivas de concurso público.

Trata-se de uma aula introdutória, com assuntos pertinentes e que servem de fundamentação para conteúdos futuros. Abordarei assuntos recorrentes em provas de concurso, disponibilizarei algumas questões das principais bancas e discorrerei a respeito de teorias importantes para o mundo dos concursos na área da Psicologia.

Esta é a nossa proposta!

Vistos alguns aspectos gerais, teçamos algumas considerações acerca da metodologia de estudo.

As aulas em .pdf têm por característica essencial a didática. Ao contrário do que encontraremos na maioria dos livros de Psicologia que tratam do tema. Ademais, nosso foco sempre será **concurso público**, o que vai diferenciar este material de outros com uma metodologia mais voltada a outros contextos.

Isso, contudo, não significa superficialidade. Pelo contrário, sempre que necessário e importante os assuntos serão aprofundados. A didática, entretanto, será fundamental para que diante do contingente de disciplinas, do trabalho, dos problemas e questões pessoais de cada aluno, possamos extrair o máximo de informações para hora da prova.

Para tanto, o material será permeado de esquemas, gráficos informativos, resumos, figuras, tudo com a pretensão de "chamar atenção" para as informações que realmente importam.

Com essa estrutura e proposta pretendemos conferir segurança e tranquilidade para uma preparação completa, sem necessidade de recurso a outros materiais didáticos.

Finalmente, destaco que um dos instrumentos mais relevantes para o estudo em **.PDF** é o contato direto e pessoal com o Professor. Além do nosso fórum de dúvidas, estamos disponíveis por e-mail e, eventualmente, pelo **Instagram**. Aluno nosso não vai para a prova com dúvida! Por vezes, ao ler o material surgem incompreensões, dúvidas, curiosidades, nesses casos basta acessar o computador e nos escrever. Assim que possível respondemos a todas as dúvidas. É notável a evolução dos alunos que levam a sério a metodologia.



APRESENTAÇÃO PESSOAL

Meu nome é Débora Fabiano de Sousa. Sou graduada em Psicologia pela UNESC (Faculdades Integradas de Cacoal - RO) e pós-graduada em duas áreas: Psicologia Clínica e da Saúde e em Psicologia do Trânsito.

Estou envolvida com concursos públicos há 6 anos, aproximadamente, mas no ano de 2019 foi quando resolvi me dedicar inteiramente, foi quando a aprovação veio. Fui aprovada em 1º lugar para o cargo de Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas, especialidade Psicologia.

Quanto à atividade de professora, já lecionei por três anos e meio em faculdade de graduação para o curso de Psicologia.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei enorme prazer em orientá-los da melhor forma nesta caminhada que estamos iniciando rumo a aprovação.

E-mail: deborafabianog@gmail.com

Instagram: <https://www.instagram.com/deborafabb>

CRONOGRAMA DE AULAS

Vejam os a distribuição das aulas:

AULAS	TÓPICOS ABORDADOS	DATA
Aula 00	Psicodiagnóstico: conceituação e objetivos; tipos de processo psicodiagnóstico; avaliação psicológica: entrevista psicológica e elaboração de laudos.	15/04
Aula 01	Psicopatologia: semiologia e nosologia dos transtornos mentais.	25/04
Aula 02	Família: família e desenvolvimento da personalidade; as transformações modernas e contemporâneas da família. Teorias psicológicas e abordagem clínica da família: teoria sistêmica e teoria psicanalítica. A família no discurso jurídico: tipos de processo; perícia; orientação, acompanhamento e intervenção nos conflitos. Violência doméstica.	15/05
Aula 03	Técnicas de intervenção psicológica: psicoterapia breve e emergencial; as entrevistas preliminares e seus efeitos imediatos. Aconselhamento psicológico: métodos e técnicas.	05/06
Aula 04	Paciente portador de sofrimento psíquico e a Justiça: Interdição civil; psicopatologia e criminalidade; os princípios da luta antimanicomial e o acompanhamento dos pacientes em medida de segurança.	25/06



Aula 05	O psicólogo judicial e a Execução Penal. Mediação e conciliação: técnicas e objetivos. Psicologia e Justiça: compromisso social, ética e Direitos Humanos.	15/07
Aula 06	A criança e o adolescente: desenvolvimento emocional e social. Meninos e meninas com trajetória de rua: características contemporâneas do fenômeno e de sua abordagem. Crianças sob risco pessoal e social: violência familiar, abuso sexual, abrigo e adoção. Adolescência e criminalidade: ato infracional e medidas socioeducativas; tráfico de drogas e projetos de intervenção; adolescência e rede de saúde. Depoimento especial.	05/08

Essa é a distribuição dos assuntos ao longo do curso. Eventuais ajustes poderão ocorrer, especialmente por questões didáticas. De todo modo, sempre que houver alterações no cronograma acima, vocês serão previamente informados, justificando-se.

APRESENTAÇÃO DA AULA

Seja bem-vindo (a) à nossa primeira aula do **Curso de Psicologia do TJ-MG**.

Aqui você irá estudar: "Psicodiagnóstico: conceituação e objetivos; tipos de processo psicodiagnóstico; avaliação psicológica; entrevista psicológica; elaboração de laudos". Este assunto é muito recorrente em diversos concursos na área da Psicologia. Portanto, você – psicólogo(a) – precisará ler com muita atenção a teoria, fazer suas anotações, responder às questões e buscar fazer sempre um estudo ativo.

Em caso de dúvidas, estou à sua disposição.

Bons estudos! :)

PSICODIAGNÓSTICO

1 - Conceituação

O psicodiagnóstico apresenta as seguintes **definições**:

"**Psicodiagnóstico** é uma **avaliação psicológica**, feita com propósitos clínicos e, portanto, não abrange todos os modelos de avaliação psicológica de diferenças individuais. É um processo que visa a **identificar forças e fraquezas** no funcionamento psicológico, com um foco na existência ou não de psicopatologia." (Cunha, 2014)



Em uma acepção mais técnica, a definição usual é:

“Psicodiagnóstico é um **processo científico**, limitado no tempo, que **utiliza técnicas e testes psicológicos** (input), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (output), na base dos quais são propostas soluções, se for o caso.” (Cunha, 2014)

A partir da definição apresentada, pode-se dizer que o psicodiagnóstico é um **processo científico** porque adota procedimentos sistemáticos, ou seja, têm uma ordem e um **propósito previamente definidos**. O avaliador irá formular **hipóteses que deverão ser confirmadas ou infirmadas** a partir da aplicação de diferentes técnicas psicológicas (input).

É uma intervenção limitada no tempo, visto que se baseia em um **contrato de trabalho**. Este recurso oferece uma **estimativa do número de sessões** a serem realizadas. É um combinado entre psicólogo e paciente.

Um aspecto importantíssimo derivado da definição é que **todo psicodiagnóstico pressupõe a utilização de testes, embora não se restrinja somente a eles**. Para além disso, o psicodiagnóstico pode se apresentar como interventivo à medida que, durante o processo, o avaliador oferece feedback que são capazes de provocar mudanças no paciente. Assim, o psicodiagnóstico interventivo tem efeitos terapêuticos.

Uma vez entendido o que é o psicodiagnóstico, é preciso entender suas possíveis finalidades.

2 - Objetivos do Psicodiagnóstico

O psicodiagnóstico pode apresentar um único ou vários objetivos. É um processo que, normalmente, inicia-se a partir de uma **fonte de solicitação** - médico, psiquiatra, psicólogo, advogado, juiz ou instituição escolar, por exemplo. Os objetivos, portanto, têm relação com os motivos do encaminhamento e com as hipóteses e questões específicas do caso.

Basicamente, o psicodiagnóstico pode ser realizado a partir de **nove objetivos**:





De acordo com Cunha (2014), esses objetivos podem ser descritos da seguinte forma:

• Classificação Simples

- Baseia-se na comparação de uma amostra do comportamento de um indivíduo com os resultados de outros indivíduos – com a população geral ou com características demográficas similares.
- Os resultados obtidos são de natureza quantitativa.

• Descrição

- Descreve as características do indivíduo, para além de simplesmente o classificá-lo;
- Identificam-se as forças e fraquezas e há o relato do desempenho do paciente.

• Classificação Nosológica

- É a classificação sistemática de doenças, como a taxonomia para o mundo médico, categorizando doenças com o uso de uma variedade de critérios para que eles possam ser mais facilmente compreendidos.
- Os critérios diagnósticos orientam o processo de testagem das hipóteses psicodiagnósticas.

• Diagnóstico Diferencial

- Diferenciam-se alternativas diagnósticas, níveis de funcionamento ou psicopatologia de acordo com inconsistências ou irregularidades nos sintomas apresentados pelo paciente.



• Avaliação Compreensiva

- Avaliam-se características da personalidade, a partir de aspectos psicodinâmicos, tais como: nível de funcionamento, funções do ego (insight), sistema de defesa.
- Favorece a indicação de recursos terapêuticos e a predição de resposta em relação a eles.

• Entendimento Dinâmico

- Possibilita a explicação de aspectos comportamentais, antecipando eventuais dificuldades no processo terapêutico;
- Permite a definição de focos terapêuticos.

• Prevenção

- Identificação de problemas precoces, avaliação de riscos, estimativa de forças e fraquezas do ego.

• Prognóstico

- Estabelece o provável curso do caso.

• Perícia Forense

- Avaliação de aspectos psicológicos e suas relações com infrações legais.

Esses são os **principais objetivos** que o psicodiagnóstico pode cumprir. Vale ressaltar que uma proposta similar de intervenção, o diagnóstico psicológico, pode ser desenvolvida por **três tipos de profissionais:**



Psicólogo Clínico

Psiquiatra

Equipe
Multiprofissional

O **psicólogo clínico**, ao realizar o diagnóstico psicológico, pode utilizar o modelo psicológico (psicodiagnóstico) ou o modelo médico. No primeiro caso, ele irá adotar técnicas e testes privativos da psicologia; no segundo caso, irá examinar diferentes funções e patologias.

O **psiquiatra**, ou até mesmo um neurologista ou psicanalista, irá empregar exclusivamente o modelo médico para realização do diagnóstico psicológico.

A **equipe multiprofissional**, a qual inclui profissionais de diferentes áreas (ex: psicólogo, médico, assistente social ou outros), irá realizar o diagnóstico psicológico a partir das perspectivas de seus respectivos campos de atuação. Nesse caso, as diferentes informações serão integradas, favorecendo a compreensão abrangente do paciente.

3 – Etapas do Psicodiagnóstico

O psicodiagnóstico é um processo que se realiza a partir de **7 etapas principais**, conforme Cunha (2014):



Você irá estudar cada uma das etapas do psicodiagnóstico em sequência.



3.1. Elaboração das Perguntas ou Hipóteses

O **ponto de partida** do psicodiagnóstico são **questões específicas**. O psicólogo as formula com base nos motivos relatados pela fonte de solicitação, transformando-as em perguntas essencialmente psicológicas. Esses questionamentos só são precisos após o levantamento da história do paciente. O psicólogo pode formular outras perguntas ao longo do processo psicodiagnóstico, as quais ficam conhecidas como questões subsidiárias.

A partir das perguntas formuladas, o psicólogo gera também **hipóteses diagnósticas**. As hipóteses são explicações alternativas para o caso do paciente. Essas hipóteses serão confirmadas ou infirmadas ao longo do processo de psicodiagnóstico.

É importante destacar que o(s) objetivo(s) do psicodiagnóstico está(ão) relacionado(s) com as perguntas inicialmente propostas. Essa primeira etapa é, geralmente, concluída após a primeira ou segunda sessão. A sua conclusão permite o estabelecimento do **contrato de trabalho**.

3.2. Contrato de Trabalho

Com as questões, hipóteses e objetivos definidos, o psicólogo consegue identificar o **tempo necessário** para a realização do psicodiagnóstico. Essa previsão precisa ser devidamente transmitida ao paciente ou seu responsável.

O contratado de trabalho é um termo que **indica obrigações formais pertinentes ao psicólogo e ao paciente**, define papéis, direitos e responsabilidades mútuas.

RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO	RESPONSABILIDADES DO PACIENTE
<ul style="list-style-type: none">• Avaliar o paciente a partir de um número de sessões definido;• Indicar o tempo de duração de cada sessão e horário;• Definir com o paciente ou seu responsável os informes e quem terá acesso aos resultados;• Estabelecer o honorário, data e forma de pagamento, indicando-os para o paciente/responsável (quando aplicável).	<ul style="list-style-type: none">• Comparecer nas sessões agendadas;• Colaborar com o plano de avaliação;• Ter suas dúvidas esclarecidas e oportunidade para expressar suas expectativas e fantasias.

Cunha (2014)

É importante esclarecer que o contrato de trabalho pode ser sujeito a modificações, em função de aspectos do psicólogo (novas hipóteses) ou por causa do paciente. Uma vez cumprida essa etapa, é possível definir um plano de avaliação.



3.3. Definição de um Plano de Avaliação

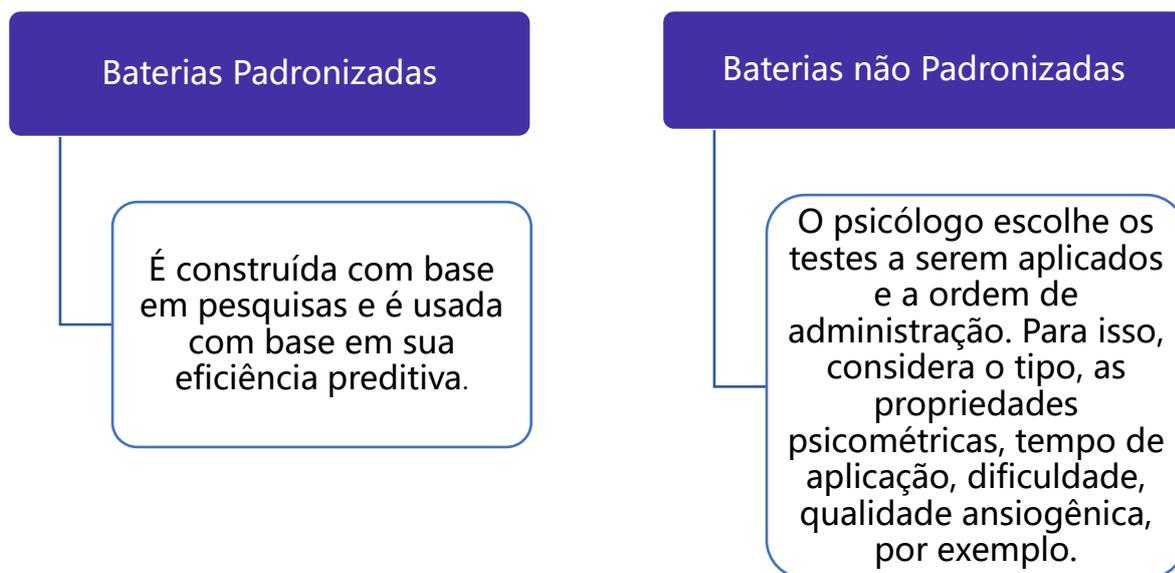
O **plano de avaliação** possibilita que o psicólogo escolha as **técnicas e/ou testes psicológicos**, definindo como e quando serão aplicados. Essa decisão irá ajudá-lo a responder as questões iniciais, confirmar ou infirmar as hipóteses e alcançar os objetivos do psicodiagnóstico.

Quando o psicólogo já tem conhecimento prévio da história do paciente, a partir de análise de documentos ou uso de fontes complementares. No entanto, no geral, é elaborado a partir das entrevistas iniciais.

É importante que o **plano de avaliação** inclua técnicas e/ou testes que forneçam **respostas confiáveis**. O psicólogo deve escolhê-los considerando as características demográficas do avaliando – como a idade, sexo, nível sociocultural, entre outros; além dos aspectos individuais (cognitivos, sensoriais, sensório-motor, etc.) e situacionais (hospitalização, medicação, etc.).

A partir desses aspectos, o psicólogo define uma bateria de testes. Trata-se de um conjunto de testes e/ou técnicas psicológicas incluídas no processo psicodiagnóstico para favorecer a confirmação das hipóteses e a concretização do(s) objetivo(s). O psicólogo utiliza de **dois a cinco instrumentos**, ou mais instrumentos, porque nenhum deles, de forma isolada, consegue favorecer a compreensão dos aspectos individuais.

As baterias de teste podem ser de **dois tipos**:



3.4. Aplicação de Testes e Técnicas

Durante a aplicação dos testes e/ou técnicas, o psicólogo deve estar **seguro em relação à escolha do instrumento** ou dos procedimentos escolhidos. É preciso que ele tenha sido devidamente treinado e tenha familiaridade com as instruções e o sistema de análise dos resultados.

Antes da chegada do avaliando, o psicólogo deve **preparar o ambiente** o que inclui a organização do material a ser utilizado - facilitando seu acesso - e assegurar as condições necessárias para aplicação da técnica (ex: iluminação, privacidade, silêncio ou o mínimo de interferências possíveis).



Durante o início da sessão, o psicólogo deve estabelecer o **rapport**, ou seja, criar um clima de confiança e entendimento. Esse mecanismo permite que o avaliando se sinta confortável para desempenhar as atividades requeridas pelo profissional.

O psicólogo deve oferecer as **instruções do teste/técnica** de acordo com as orientações expressas no manual. Durante a aplicação, o psicólogo deve estar atento as suas reações contratransferenciais e anotá-las, como fontes de informação.

3.5 Levantamento, Análise, Interpretação e Integração dos Resultados

Nessa etapa do psicodiagnóstico, o psicólogo já coletou as diferentes informações necessárias para responder às questões iniciais, confirmar ou infirmar as hipóteses e alcançar os objetivos delimitados. No entanto, essas informações precisam ser organizadas de uma forma coerente a fim de favorecer a compreensão dos resultados alcançados.

Para isso, o psicólogo pode adotar alguns procedimentos:

- I. **Revisar as observações** realizadas a fim de entender como o avaliando vivenciou o processo de psicodiagnóstico;
- II. **Examinar a história clínica** do avaliando, pois ela pode favorecer a interpretação de alguns resultados obtidos nos testes/técnicas adotadas;
- III. **Resgatar as hipóteses iniciais** e os objetivos do psicodiagnóstico, pois eles irão servir de critério para a análise, seleção e integração dos dados clínicos;
- IV. **Organizar os dados** de diferentes técnicas a partir de diferenças e semelhanças;
- V. **Hierarquizar a importância dos dados** obtidos com base na compatibilidade e intervalidação dos dados;
- VI. **Integrar os dados** para confirmar ou infirmar as hipóteses;
- VII. **Realizar inferências clínicas.**

As inferências clínicas constituem a etapa de diagnóstico e prognóstico.

3.6. Diagnóstico e Prognóstico

Para realizar o **diagnóstico clínico**, o psicólogo deve dispor das seguintes informações:

- Quadro sintomático;
- História clínica do paciente;



- Observações do comportamento do paciente;
- Resultados dos testes e técnicas administradas.

O psicólogo irá comparar os dados obtidos com **critérios diagnósticos**. Se houver compatibilidade entre ambos, o psicólogo pode classificar o caso em uma **categoria nosológica**. Para isso, ele pode adotar as classificações oficialmente propostas pelo **Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM-V)**.

A partir disso, torna-se possível realizar o **prognóstico** o qual se refere às **previsões sobre o provável curso do transtorno diagnosticado**. Assim, o psicólogo pode intervenções terapêuticas mais adequadas ao caso avaliado.

Concluída esta etapa de inferência clínica, procede-se à última etapa do psicodiagnóstico: a comunicação dos resultados.

3.7. Comunicação dos Resultados

A comunicação ou informe dos resultados é uma etapa essencial que deve estar inclusa no plano de trabalho, construído na segunda etapa do psicodiagnóstico. Essa etapa tem **três características essenciais**:



O **tipo de comunicação** está relacionado com **o(s) objetivo(s) definidos pelo psicodiagnóstico**. Exemplos são: **escrita** (ex: laudo e parecer psicológicos) e/ou **oral** (ex: entrevista de devolução). Em determinados casos, mais de um tipo de comunicação torna-se necessária.

O **conteúdo da comunicação** está associado com as **questões a serem respondidas**. Ele varia em profundidade e extensão de acordo com quem será o receptor da mensagem. Como visto, o psicodiagnóstico pode ser realizado por uma fonte de solicitação ou envolver diferentes profissionais. Por isso, o psicólogo deve ter consciência sobre o quanto de informações deve ser fornecida às diferentes partes envolvidas. Neste caso, vale destacar a importância do sigilo profissional.

A **forma da comunicação** deve ser definida conforme a **identidade e qualidade do receptor**. Nesse aspecto, ocorre a seleção da **terminologia e a linguagem** a ser adotada. Assim, o informe deve levar em consideração a profissão, os níveis sociocultural e intelectual e as condições emocionais do receptor.

Essas adaptações necessárias não excluem a responsabilidade do psicólogo de elaborar um documento escrito decorrente de avaliação psicológica. Nesse sentido, o documento é regido por **linguagem científica** e de acordo com a **norma culta da língua portuguesa**.

Desse modo, o profissional pode adotar, de forma complementar, a entrevista devolutiva para transmitir os resultados de forma compreensível – principalmente aos sujeitos diretamente envolvidos no processo



psicodiagnóstico. A partir da entrevista de devolução, o psicólogo oferece **recomendações, orientações e/ou encaminhamentos** para o caso.

Com isso, o processo psicodiagnóstico é encerrado e o material derivado precisa ser preservado de acordo com as normativas previstas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).



(CESPE – TCE/PA – 2016) No que se refere à avaliação psicológica e ao psicodiagnóstico, julgue o item que se segue.

O processo psicodiagnóstico é um instrumento eficaz na avaliação diagnóstica e prognóstica.

Comentários:

Como vimos acima, o diagnóstico e prognóstico constituem uma das etapas do Psicodiagnóstico. O psicólogo irá comparar os dados obtidos com critérios diagnósticos. Se houver compatibilidade entre ambos, ele pode classificar o caso em uma categoria nosológica. Para isso, ele pode adotar as classificações oficialmente propostas pelo Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM-V).

A partir disso, torna-se possível realizar o prognóstico o qual se refere às previsões sobre o provável curso do transtorno diagnosticado.

Gabarito: CORRETA.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A **avaliação psicológica** é uma **área de investigação e intervenção da psicologia**. Por vezes, confundem-se o processo de avaliação com a testagem psicológica. Assim, testes e avaliação passam a ser termos usados, erroneamente, como sinônimos.

Para que você possa compreender exatamente o que significa a avaliação psicológica, eu trouxe **três abordagens “complementares”**. A Cartilha de Avaliação Psicológica e a Resolução nº09/2018, ambos materiais produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), além de conteúdos produzidos pela literatura científica da área.

Assim, você vai estudar a definição, as características e os cuidados profissionais ao realizar esse processo interventivo. *Vamos lá?*



1 - Considerações Iniciais

A **Resolução do CFP nº 9/2018** propõe diretrizes básicas para a realização de avaliação psicológica pelo profissional da psicologia.

De acordo com essa resolução, a avaliação psicológica apresenta a seguinte **definição**:



"Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, **composto de métodos, técnicas e instrumentos**, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas." (Resolução CFP nº 9/2018)

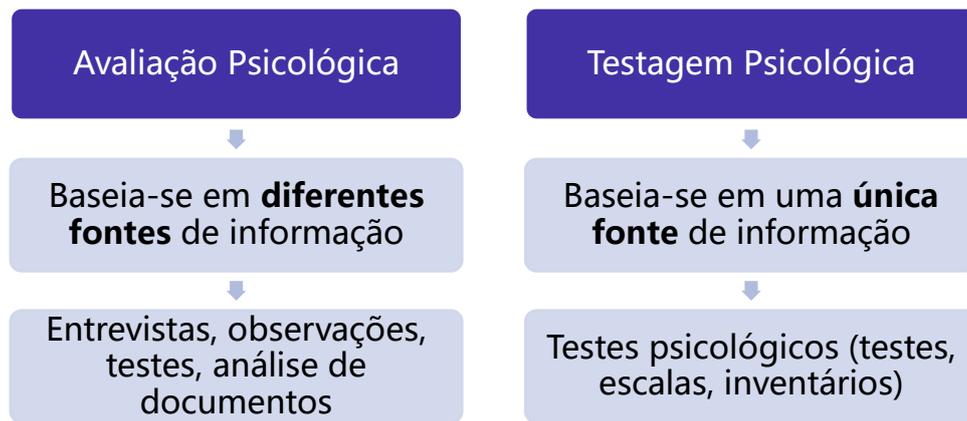
A definição proposta pela Resolução do CFP amplia a noção de avaliação psicológica. A partir dela, pode-se afirmar o seguinte:

1. Avaliação psicológica **não é sinônimo de aplicação de teste**. A testagem pode ser uma parte da avaliação, mas não necessariamente será.
2. Avaliação psicológica **é um processo constituído por procedimentos específicos** – os quais incluem a adoção de métodos, técnicas e instrumentos
3. Avaliação psicológica **pode acontecer em diferentes contextos e cumprir finalidades distintas**. Isso irá requerer que o psicólogo adote os procedimentos pertinentes, inclusive testes.

A respeito da **diferença entre avaliação e testagem** psicológicas, a **Cartilha de Avaliação Psicológica do CFP (CFP, 2013)** esclarece o seguinte. A avaliação psicológica é um processo amplo que envolve a integração de informações fornecidas por diferentes fontes (testes, entrevistas, observações e análise de documentos). A testagem psicológica tem como principal fonte de informação testes psicológicos de diferentes tipos.

Para que você não se esqueça disso, observe o esquema:





Enquanto um processo, a **avaliação psicológica** é constituída por **4 etapas principais** (CFP, 2013):



1. Levantamento dos objetivos da avaliação e particularidades do indivíduo

- Possibilita que o psicólogo defina os instrumentos/estratégias mais adequadas para a realização da avaliação psicológica.

2. Coleta de informações pelos meios escolhidos

- Os instrumentos/técnicas devem contribuir para o alcance dos objetivos;
- Não é recomendado a adoção de uma só técnica ou instrumento de avaliação.

3. Integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais

- É possível constatar a necessidade de adotar outros instrumentos/estratégias para aperfeiçoar ou elaborar novas hipóteses.

4. Indicação das respostas à situação motivadora da avaliação e comunicação dos resultados

- Atenção para os procedimentos éticos e consideração pelas limitações do processo de avaliação.



De acordo com a Resolução CFP nº 9/2018, o psicólogo tem a prerrogativa - o direito - de decidir quais os **métodos, técnicas e instrumentos** serão empregados na avaliação psicológica. É necessário que eles tenham respaldo científico e estejam de acordo com as normas do CFP.

Com base nisso, existem **duas fontes de informação** às quais o psicólogo pode recorrer para realizar a avaliação psicológica:



FONTES DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO
Fontes Fundamentais	<ul style="list-style-type: none">• Testes psicológicos aprovados pelo CFP para uso profissional da psicóloga e do psicólogo e/ou;• Entrevistas psicológicas, anamnese e/ou;• Protocolos ou registros de observação de comportamentos obtidos individualmente ou por meio de processo grupal e/ou técnicas de grupo.
Fontes Complementares	<ul style="list-style-type: none">• Técnicas e instrumentos não psicológicos que possuam respaldo da literatura científica da área e que respeitem o Código de Ética e as garantias da legislação da profissão• Documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais

A Resolução CFP nº9/2018 estabelece como **falta ética** a utilização pelo psicólogo de **testes psicológicos sem parecer favorável** ou que não estão inclusos na lista de testes avaliados pelo SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos).

Para definir o **número de sessões**, as questões que serão respondidas e os **instrumentos/técnicas** a serem adotados, o psicólogo deve se basear nos seguintes critérios (CFP, 2013):

1. Contexto no qual a avaliação psicológica se insere;
2. Propósitos da avaliação psicológica;
3. Construtos psicológicos a serem investigados;
4. Adequação das características dos instrumentos/técnicas aos indivíduos avaliados;



5. Condições técnicas, metodológicas e operacionais do instrumento de avaliação.

Vale destacar que os **resultados** obtidos com a avaliação psicológica devem considerar e analisar os **condicionantes históricos e sociais** e seus efeitos sobre o psiquismo. A finalidade é que os resultados possam servir como instrumento para a atuação sobre o indivíduo, assim como para a modificação dos condicionantes.

O **psicólogo deve elaborar um documento** decorrente da avaliação psicológica. Este deve estar em acordo com as resoluções vigentes do CFP – conforme será visto ainda nesta aula.



(CESPE – TJ/PA – 2020) A decisão decorrente da avaliação psicológica deve ser baseada em métodos, técnicas e(ou) instrumentos psicológicos. No que tange a esse assunto, assinale a opção correta.

- a) Os testes psicológicos, a entrevista e o atendimento sistemático do paciente em consultório constituem fontes fundamentais de informação.
- b) Documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais, constituem fontes complementares de informação.
- c) A utilização de testes psicológicos não recomendados pelo Conselho Federal de Psicologia é permitida em situações específicas em que se considere seu uso histórico na psicologia.
- d) Em caso de dúvida acerca da classificação do instrumento (teste psicológico ou instrumento não psicológico), devem-se seguir as prescrições da American Psychological Association.
- e) A avaliação psicológica para tomada de decisão pode ser desnecessária quando o caso já for conhecido pelos profissionais de uma equipe multiprofissional envolvida na demanda.

Comentários:

- a) INCORRETA. Os testes psicológicos e a entrevista constituem fontes fundamentais de informação, entretanto, como vimos, o atendimento sistemático não, o que substituiria, corretamente, seria protocolos ou registros de observação de comportamentos obtidos individualmente ou por meio de processo grupal e/ou técnicas de grupo.
- b) CORRETA. Constituem fontes complementares de informação documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais.
- c) INCORRETA. Será considerada falta ética, conforme disposto na alínea c do Art. 1º e na alínea f do Art. 2º do Código de Ética Profissional, a utilização de testes psicológicos com parecer desfavorável ou que constem na lista de Testes Psicológicos Não Avaliados no site do SATEPSI, salvo para os casos de pesquisa na forma da legislação vigente e de ensino com objetivo formativo e histórico na Psicologia.



d) Em caso dúvida acerca da classificação do instrumento (teste psicológico ou não psicológico), ficam legitimados os Conselhos Regionais de Psicologia a submeter o instrumento à comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia, para análise.

e) O fato do caso já ser conhecido pelos profissionais de uma equipe multiprofissional envolvida na demanda não invalidam a necessidade de avaliação psicológica, que se trata de um processo estruturado de investigação.

Gabarito: letra B

2 - Estratégias de Avaliação Psicológica

A **literatura científica** propõe, assim como a Resolução CFP nº9/2018, uma **definição** para a avaliação psicológica:



Para ser realizada, o psicólogo pode adotar **estratégias de avaliação**. Essas estratégias se referem a um conjunto de **procedimentos teóricos e técnicos**. Assim, o profissional da psicologia pode – com base em suas perspectivas teóricas – selecionar as técnicas que melhor beneficiarão o objetivo de produzir hipóteses ou diagnósticos.

As técnicas comumente empregadas no processo de avaliação psicológica incluem:

- 1. Teste Psicológico:** instrumento que mede construtos psicológicos (ex: inteligência, personalidade) que não podem ser diretamente observados.
- 2. Entrevista:** método de coleta de dados específicos com o objetivo de gerar hipóteses diagnósticas ou comparar diferentes pessoas.
- 3. Observação:** técnica adotada de forma isolada ou em conjunto para examinar, por exemplo, comportamentos e interações.

Neste primeiro momento, falaremos um pouco sobre cada um deles.

2.1. Testes Psicológicos

Os **testes psicológicos** são um dos componentes da fonte fundamental de informação passível de ser usada pelo psicólogo durante a avaliação psicológica.

Os testes psicológicos apresentam a seguinte **definição**:



“**Instrumento padronizado** que busca fornecer amostras do comportamento ou de funções cognitivas, com o objetivo de **descrever e/ou mensurar** processos psicológicos em áreas como **emoção, cognição, motivação, personalidade, memória, percepção, entre outras**” (Lins & Borsa, 2017).

O CFP amplia a noção dos testes psicológicos ao atribuí-los a seguinte **finalidade**:

“Um teste psicológico tem por objetivo **identificar, descrever, qualificar e mensurar características psicológicas**, por meio de **procedimentos sistemáticos** de observação e descrição do comportamento humano, nas suas diversas formas de expressão, acordados pela comunidade científica.” (Resolução CFP nº09/2018)

Vale destacar que os testes psicológicos incluem escalas, inventários, questionários e métodos projetivos/expressivos. São instrumentos de **uso restrito ao psicólogo**.

De acordo com Pasquali (1999), a definição dos construtos para **construção de um teste psicológico** se dá em duas dimensões: as **definições constitutivas** e as **definições operacionais** dos construtos. A definição constitutiva representa a definição do construtor por meio de outros construtos. Nesse caso, o construto é concebido em termos de conceitos próprios da teoria em que ele se insere. A definição operacional caracteriza a passagem do terreno abstrato para o concreto, a qual é precisamente viabilizada pelas definições operacionais dos construtos. Este é, talvez, o momento mais crítico na construção de medidas psicológicas, pois é aqui que se fundamenta a validade desses instrumentos; é aqui que se baseia a legitimidade da representação empírica (comportamental) dos traços latentes (os construtos).

2.1.1. Propriedades Psicométricas dos Testes Psicológicos

As **características psicométricas** expressam a **qualidade dos testes psicológicos**. Elas indicam se o instrumento mede a variável psicológica proposta (ex: inteligência ou personalidade) e se é confiável. Além disso, as características psicométricas oferecerem diretrizes para a aplicação e interpretação dos resultados obtidos.

Basicamente, existem **quatro características psicométricas** que os testes psicológicos devem preservar. De acordo com Borsa e Lins (2017), essas características podem ser entendidas da seguinte forma:

Precisão ou Fidedignidade

Essa característica psicométrica reflete a **consistência dos resultados** ou a capacidade que estes têm de se manterem estáveis em **momentos de aplicação diferentes** quando se utiliza o mesmo teste ou outro equivalente.

Validade

Essa característica psicométrica indica **o grau em que o teste mede aquilo que ele se propõe**. Indica a **congruência** entre o resultado e a propriedade avaliada. Assim, um teste de inteligência irá avaliar a inteligência e não, por exemplo, a personalidade.



A validade é importante para a interpretação dos resultados obtidos com a aplicação do teste.

Para que possamos verificar a validade de um teste podemos fazer jus a um desses três métodos de validação: Validade de **Conteúdo**, Validade de **Critério** ou Validade de **Construto**.

A **validade de conteúdo** avalia a escolha dos itens para saber se realmente são apropriados para a verificação proposta do teste

A **validade de critério** é o grau com que um método de medição se correlaciona com outros métodos já estabelecidos para o mesmo fenômeno. Existem dois tipos de validade de critério: **preditiva** e **concorrente**.

Por fim, a **validade de construto** é a capacidade de um teste medir um conceito abstrato. Este tipo de validade busca pesquisas as qualidades psicológicas que um determinado teste mede.

Padronização

Essa característica psicométrica indica os **procedimentos que o psicólogo deve adotar antes e durante a aplicação** do teste. Ela abrange a preparação do ambiente, as características do avaliador e do avaliado (ex: condições de saúde) e as instruções de utilização (ex: materiais, tempo, demonstrações).

Normatização

Essa característica psicométrica aponta **como os resultados do teste devem ser interpretados**. As normas definem os parâmetros de avaliação, permitindo que um indivíduo possa ser comparado com outros da população-alvo, de acordo com faixa etária ou outras características individuais.

2.1.2. Requisitos Mínimos Obrigatórios dos Testes Psicológicos

Para serem utilizados, os testes psicológicos devem possuir consistência técnico-científica e atender os **requisitos mínimos obrigatórios**, tais como:

- I. Apresentação de fundamentação teórica, com especial ênfase na definição do(s) construto(s), descrevendo seus aspectos constitutivo e operacional.
- II. Definição dos objetivos do teste e contexto de aplicação, detalhando a população-alvo;
- III. Pertinência teórica e qualidade técnica dos estímulos utilizados nos testes;
- IV. Apresentação de evidências empíricas sobre as características técnicas dos itens do teste, exceto para os métodos projetivos/expressivos;
- V. Apresentação de evidências empíricas de validade e estimativas de precisão das interpretações para os resultados do teste, caracterizando os procedimentos e os critérios adotados na investigação;



VI. Apresentação do sistema de correção e interpretação dos escores, explicitando a lógica que fundamenta o procedimento, em função do sistema de interpretação adotado, que pode ser:

a) Referenciada à norma, devendo, nesse caso, relatar as características da amostra de normatização de maneira explícita e exaustiva, preferencialmente comparando com estimativas nacionais, possibilitando o julgamento do nível de representatividade do grupo de referência usado para a transformação dos escores.

b) Diferente da interpretação referenciada à norma, devendo, nesse caso, explicar o embasamento teórico e justificar a lógica do procedimento de interpretação utilizado.

VII. Apresentação explícita da aplicação e correção para que haja a garantia da uniformidade dos procedimentos.

(Resolução CFP nº09/2018)

Os requisitos mínimos obrigatórios devem estar contidos no **manual do teste psicológico**.

Além deles, deve estar incluída a **ficha síntese do teste** com: objetivo, público-alvo, material, aplicação e correção) e exemplo(s) de utilização, contemplando a administração, aferição, análise e interpretação dos resultados.

2.1.3. Tipos de Testes Psicológicos

Testes Projetivos

Os testes projetivos integram uma categoria ampla capaz de abranger **testes expressivos, estruturais e temáticos**. Esse tipo de testes permite que o avaliador obtenha informações sobre a **personalidade**. Para isso, baseia-se na apresentação de **estímulos ambíguos** que favorecem a realização de associações e **projeções**. Assim, o indivíduo é estimulado a expressar seus aspectos subjetivos.

Nesse tipo de testes, o avaliador tende a adotar **critérios subjetivos** para interpretar ou caracterizar o aspecto psicológico avaliado. Existe a proposição de tarefas menos estruturadas. Os comportamentos manifestados durante a aplicação dos testes também são considerados, inclusive os não verbais.

Vale destacar que os testes projetivos **também podem abranger critérios objetivos**, ou seja, gerar dados quantitativos. No entanto, a habilidade e experiência clínica do avaliador são, em última análise, determinantes para a avaliação e integração dos dados.

Em função das características desses testes, é necessário que o avaliador tenha ainda mais domínio teórico e técnico do instrumento utilizado.

Como exemplos de testes projetivos, temos:

- Teste Casa-Árvore-Pessoa (HTP, sigla em inglês)



- Teste de Apercepção Temática para Adultos (TAT)
- Teste de Apercepção Temática Infantil (CAT)
- Zulliger
- Rorschach

Testes Psicométricos

Os testes psicométricos buscam avaliar o **construto psicológico** (ex: personalidade) a partir de **critérios objetivos**. Eles assumem diferentes formas, tais como: **inventários e escalas**.

Baseiam-se na proposição de tarefas padronizadas e o seu foco de interesse costuma ser nos resultados – e não nos aspectos relativos ao processo de aplicação, como ocorre nos testes projetivos. Os resultados obtidos em testes psicométricos são corrigidos de forma “mecânica” e interpretados a partir de **análises estatísticas**.

Como exemplos de testes psicométricos, temos:

- Escalas Wechsler de Inteligência para Adultos (WAIS-III)
- Escalas Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV)



ACORDE!

(IPEFAE - Pref. Campos do Jordão - SP - 2020) Com relação a Testes Psicológicos, mesmo que um teste seja bastante confiável, o profissional psicólogo, ao utilizar-se desta importante ferramenta, deve preocupar-se com relação à sua validade, que refere-se à capacidade de um teste em medir aquilo que se propõe a medir. Assinale dentre as alternativas abaixo a alternativa que não contempla maneira de se avaliar validade:

- a) Validade de Fidedignidade.
- b) Validade de Conteúdo.
- c) Validade de Predição.
- d) Validade de Constructo.

Comentários:



Acabamos de ver que validade de conteúdo, predição e construto são maneiras de se avaliar a validade de um teste (se ele mede aquilo que se propõe). Validade de Fidedignidade não existe, portanto é a alternativa que não contempla.

Fidedignidade é a característica psicométrica que reflete a consistência dos resultados ou a capacidade que estes têm de se manterem estáveis em momentos de aplicação diferentes quando se utiliza o mesmo teste ou outro equivalente.

Gabarito: letra A.

2.2. Entrevista

Bleger (1960) define a **entrevista psicológica** como sendo “um campo de trabalho no qual se investiga a conduta e a personalidade de seres humanos”.

De acordo com Nunes et. al. (2017):

A **entrevista para avaliação psicológica** apresenta como elementos a estrutura e a condução. A estrutura está relacionada à forma do roteiro e, por isso, pode ser uma entrevista livre ou estruturada.

É possível classificar as entrevistas em **estruturada**, **semiestruturada**, e **não estruturada**. A entrevista **estruturada ou dirigida** segue um roteiro, mantendo um padrão de aplicação, ordem e igual sequência de questões, facilitando uma análise quantitativa. A **semiestruturada, semidirigida ou mista** tem seu roteiro construído a partir do objetivo principal da entrevista, de acordo com o que se deseja ou planeja investigar, com questões ou tópicos simples que podem ser complementados ou investigados de maneira mais aprofundada durante o processo. Por fim, a entrevista **não estruturada, não dirigida ou livre** permite que o entrevistado se expresse livremente, cabendo ao entrevistador fazer apenas pequenas colocações frente à fala do entrevistado. (Santos, 2014).

Em avaliação psicológica, costuma-se utilizar uma **entrevista semiestruturada**.

Esta é caracterizada pela utilização de um roteiro, com temas previamente definidos pelo avaliador conforme os objetivos a serem alcançados.

O entrevistador/avaliador tem a liberdade de adaptar as perguntas e decidir em qual ordem fazê-las. Além disso, ele pode adicionar outras questões, para esclarecer eventuais informações trazidas pelo avaliando.

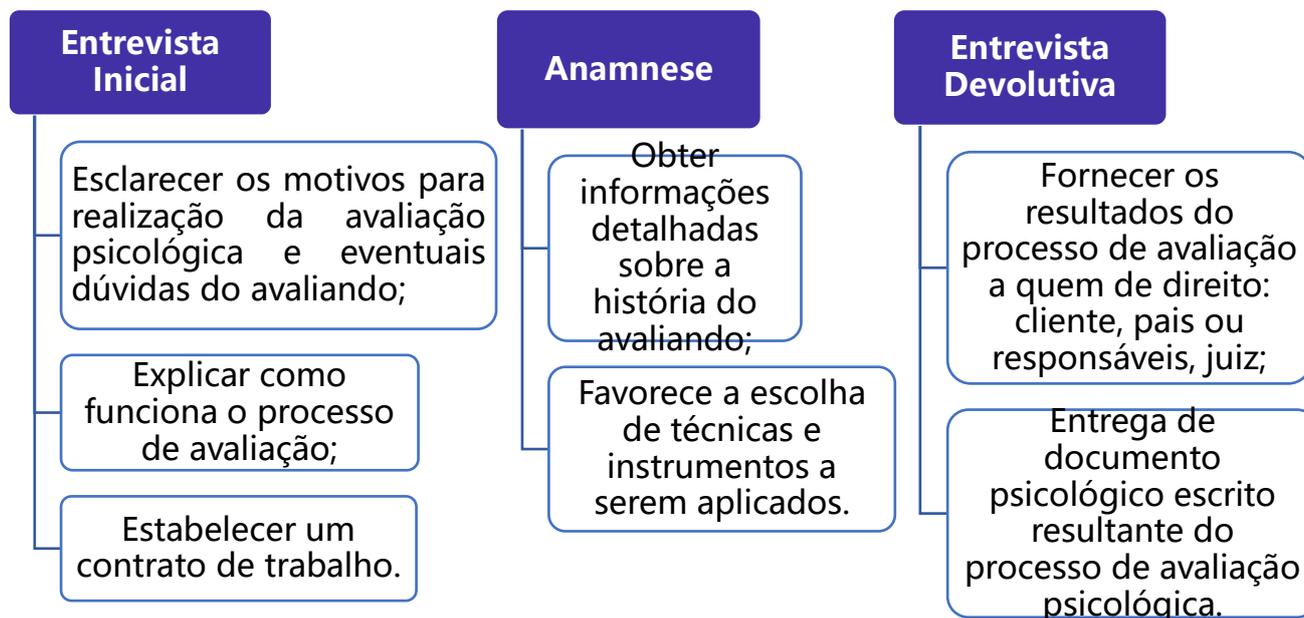
Ao formular as perguntas, é importante que o avaliador as faça **sem julgamento de valor** ou atribuição de causalidade. Ele deve evitar termos técnicos.

Em relação à condução, o entrevistador/avaliador deve preparar o contexto no qual a entrevista irá acontecer. Gravador, cadeiras ou poltronas, esclarecimentos iniciais ao entrevistado são exemplos de ações necessárias.

Vale destacar que se o gravador não puder ser utilizado, é possível que o avaliador faça anotações – tomando o cuidado para que sejam breves.



Na **avaliação psicológica**, é comum haver **três tipos de entrevista**: entrevista **inicial**, entrevista de **anamnese** e entrevista **devolutiva** ou de devolução.



Além dessas entrevistas, o psicólogo pode realizar outras durante a avaliação psicológica conforme sua percepção como técnica favorável aos objetivos.

O entrevistador/avaliador precisa adotar uma **postura empática**. É necessário ouvir atentamente, demonstrar interesse pelos sentimentos do avaliando/entrevistado, ter cuidado ao formular questões e checar as informações quando perceber incongruências.

2.3. Observação

A observação, enquanto método da avaliação psicológica, poderá ser usada **isolada** ou em **conjunto com a entrevista ou os testes psicológicos**. A observação é uma forma de conhecer o comportamento do avaliando. Ela pode, assim como a entrevista, ser mais ou menos estruturada.

Na **observação estruturada**, o avaliador/observador utiliza protocolos de informações – os quais ele precisa preencher – ou registros. Esses procedimentos favorecem a minimização do viés ou tendenciosidade do observador.

Na **observação não estruturada**, o avaliador/observador está atento aos comportamentos não verbais do avaliando. É capaz de captar os elementos para além da informação dos fatos e acontecimentos trazidos, com atenção para as reações desencadeadas pela narrativa do avaliando.

As observações realizadas pelo psicólogo podem **favorecer inferências sobre o avaliando**. No entanto, as informações obtidas precisam ser relacionadas aos resultados provenientes de outras técnicas adotadas na avaliação psicológica.



3 - Contextos de Avaliação Psicológica

A **avaliação psicológica** pode ser realizada pelo psicólogo em diferentes **contextos**, como exemplos:



De acordo com Borsa e Lins (2017):

Avaliação em Organizações

No **contexto organizacional**, a avaliação psicológica é uma **ferramenta capaz de auxiliar no processo de tomada de decisões**. Assim, ela pode contribuir para os processos de recrutamento e seleção (R&S), avaliação do desempenho (AD), ações de treinamento e desenvolvimento (T&D) – por exemplo.

No que diz respeito aos processos de recrutamento e seleção (R&S), o psicólogo pode utilizar testes (escalas e inventários) para avaliar aspectos psicológicos relevantes para quem irá ocupar o cargo. Os testes podem avaliar habilidades cognitivas (ex: memória, atenção e Inteligência) ou traços de personalidade, caso seja necessário. Além disso, é possível adotar as **entrevistas de competências** para avaliar como o candidato se comportou em situações passadas, a fim de prever como ele se comportaria em situações semelhantes.

Avaliação no Contexto Forense

De modo semelhante, no **contexto forense**, a avaliação psicológica irá auxiliar o agente jurídico na **tomada de decisão**. O psicólogo precisa articular conhecimentos provenientes de diferentes áreas da psicologia (ex: clínica, cognitiva, do desenvolvimento, social, etc.) e adaptá-los às demandas jurídicas. Assim, é necessário também ter conhecimentos sobre as legislações vigentes relativas ao caso. A avaliação pode ocorrer a serviço do juízo e, nesse caso, ele irá atuar como perito oficial.

Por outro lado, é igualmente possível que ele **atenda aos interesses de uma das partes envolvidas em um processo**. Neste caso, ele irá atuar como **assistente técnico**. Durante a avaliação psicológica, o psicólogo deverá buscar a legislação e a jurisprudência relacionada ao pedido de avaliação. Esse procedimento visa a proporcionar clareza sobre como casos semelhantes são tratados judicialmente e como as regras do processo podem interferir na forma como seu trabalho será interpretado.



Nesse contexto avaliativo, o psicólogo precisa se valer de diferentes **fontes de informação** – ou seja, não confiar somente no que o avaliando traz de informações. O avaliando pode oferecer resistência a cooperar com o psicólogo, uma vez que a avaliação pode gerar efeitos negativos para aquele. Assim, é preciso confirmar as informações com **familiares, documentos, contatos com outros profissionais** (ex: de saúde ou assistentes sociais).

O tempo de avaliação pode ser mais restrito, sendo definido pelo juiz. Os procedimentos e resultados precisam ser mais objetivos. As **entrevistas devem ser mais estruturadas**, demandando um papel mais ativo por parte do psicólogo.

Na comunicação dos resultados, o psicólogo deve **informar somente o necessário** para responder à questão legal. Ele tem a responsabilidade de minimizar riscos e proteger os direitos legais do avaliando.

Avaliação no Contexto de Saúde e Hospitalar

No **contexto de Saúde e Hospitalar**, a avaliação psicológica pode oferecer **subsídios para que a equipe multiprofissional ou médica obtenha dados complementares para diagnóstico**, possa decidir sobre as opções de tratamento. Além disso, ela pode favorecer o ajuste psicológico do paciente frente ao seu processo de adoecimento.

A avaliação psicológica irá se basear em diferentes fontes de informações. Como exemplos podem ser citados: **história médica, observações, questionários ou entrevistas com paciente** e/ou familiares ou acompanhantes.

Os resultados desse processo podem acarretar a elaboração de documentos psicológicos (conteúdo a ser visto ainda nessa aula). O **relatório psicológico** pode ser mantido como um **prontuário psicológico** do paciente ou, em função das normas da instituição, as informações obtidas podem ser anexadas ao prontuário único do paciente.

Neste caso, é importante que o psicólogo insira **somente as principais informações dados obtidos**, bem como suas recomendações de tratamento. É necessário ter atenção pelo sigilo profissional, previsto no Código de Ética do Psicólogo.

4- Diretrizes para Atuação do Psicólogo

A **Resolução nº 09/2018** define o seguinte:

Art. 30. Na **Avaliação Psicológica**, a psicóloga ou psicólogo deverão considerar os **princípios e artigos previstos no Código de Ética Profissional** das psicólogas e dos psicólogos, bem como **atender aos requisitos técnicos e científicos** definidos nesta Resolução.

A respeito dos **princípios éticos básicos** para a utilização da avaliação psicológica, o CFP (2013) define que é necessário o psicólogo ter atenção para os **seguintes princípios**:



- O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da psicologia como campo científico de conhecimento e prática;
- Utilização, no contexto profissional, apenas dos testes psicológicos com parecer favorável do CFP que se encontram listados no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi);
- Emprego de instrumentos de avaliação psicológica para os quais o profissional esteja qualificado;
- Realização da avaliação psicológica em condições ambientais adequadas, de modo a assegurar a qualidade e o sigilo das informações obtidas;
- Guarda dos documentos de avaliação psicológica em arquivos seguros e de acesso controlado;
- Disponibilização das informações da avaliação psicológica apenas aqueles com direito de conhecê-las;
- Proteção da integridade dos testes, não os comercializando, divulgando-os ou ensinando-os aqueles que não são psicólogos.

Cartilha de Avaliação Psicológica (CFP, 2013, p. 16)

Adicionalmente, a **Cartilha de Avaliação Psicológica** (CFP, 2013) pontua algumas **competências necessárias** ao psicólogo ou psicóloga que irá conduzir o processo de avaliação psicológica.



- Reconhecer o caráter processual da avaliação psicológica;
- Conhecer a legislação referente à avaliação psicológica brasileira, dentre as quais as resoluções do CFP e o Código de Ética Profissional do psicólogo;
- Ter amplos conhecimentos dos fundamentos básicos da Psicologia, dentre os quais podemos destacar: desenvolvimento, inteligência, memória, atenção, emoção, dentre outros, construtos avaliados por diferentes testes e em diferentes perspectivas teóricas;



- Ter domínio do campo da psicopatologia, para poder identificar problemas graves de saúde mental ao realizar diagnósticos;
- Ter conhecimentos de psicometria, mais especificamente sobre as questões de validade, precisão e normas dos testes, e ser capaz de escolher e trabalhar de acordo com os propósitos e contextos de cada teste;
- Ter domínio dos procedimentos para aplicação, levantamento e interpretação do(s) instrumento(s) e técnicas utilizados na avaliação com maestria, adequando-a ao objetivo, público-alvo e contexto;
- Saber comunicar os resultados advindos da avaliação, por meio de entrevista devolutiva.

Cartilha de Avaliação Psicológica (CFP, 2013, p. 15-16)

Assim, encerramos essa segunda parte do conteúdo sobre a avaliação psicológica.

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PSICOLÓGICOS: LAUDO PSICOLÓGICO E OUTROS INFORMES

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresenta orientações sobre a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, a partir da **Resolução CFP 06/2019**. Essa resolução tem a seguinte organização:



CAPÍTULO	DESCRIÇÃO
Capítulo I	Disposições Gerais
Capítulo II	Disposições Especiais I. Princípios Fundamentais na Elaboração de Documentos Psicológicos II. Modalidades de Documentos III. Conceito, Finalidade e Estrutura



- IV. Guarda dos Documentos e Condições de Guarda
- V. Destino e Envio de Documentos
- VI. Prazo de Validade do Conteúdos dos Documentos
- VII. Entrevista Devolutiva

Você irá estudar cada um dos itens previstos na Resolução CFP 06/2019 a seguir.

1 - Disposições Gerais

A **Resolução CFP nº 06/2019** visa a instituir as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. Os seus **objetivos** são dois:

1. orientar a(o) psicóloga(o) na elaboração de documentos escritos produzidos no exercício da sua profissão
2. fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários para a produção qualificada da comunicação escrita.

Toda e qualquer comunicação escrita resultante da atuação do psicólogo deve seguir as diretrizes descrita na Resolução nº 06/2019.

O(a) psicólogo(a) que não cumprir essa resolução está sujeito às **penalidades ético-disciplinar** previstas no Código de Ética Profissional do Psicólogo, sem prejuízo de outras que podem ser igualmente aplicáveis.

2 - Disposições Especiais

As **disposições especiais** são a essência da Resolução nº06/2019 (CFP, 2019). Elas trazem as principais ideias cobradas em concursos públicos para psicologia. Por isso, estude este tópico com bastante atenção.

2.1. Princípios Fundamentais na Elaboração de Documentos Psicológicos

O ponto de partida para a elaboração de um **documento psicológico** é, na verdade, saber sobre o que se trata esse material produzido pelo psicólogo. Assim, o CFP (2019) esclarece o seguinte:

*Art. 4º. O documento psicológico constitui **instrumento de comunicação escrita** resultante da prestação de serviço psicológico à pessoa, grupo ou instituição.*

O documento psicológico é produzido a partir das seguintes condições:

Solicitação de:

- Usuários do serviço de psicologia ou seus responsáveis legais;



- Profissional específico;
- Equipes multidisciplinares;
- Autoridades.

Resultado de:

- Avaliação psicológica

As pessoas envolvidas em um serviço psicológico têm o **direito de receber informações sobre os objetivos e resultados**, além de ter acesso ao documento produzido pela atividade do(a) psicólogo(a). Esse dever do psicólogo está previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Como **princípios fundamentais** na **elaboração de documentos** psicológicos, o CFP (2019) indica as técnicas da linguagem escrita formal e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão – os quais são apresentados em sequência.

2.1.1. Princípios Técnicos

De acordo com a Resolução do CFP nº 06/2019 os **documentos psicológicos** devem ser produzidos em **conformidade com os princípios de qualidade técnica e científica**. Esses documentos expressam informações fundamentais e, por isso, devem conter dados fidedignos que validam a construção do pensamento psicológico e a finalidade a que se destina.

A elaboração de um documento psicológico deve considerar que este é resultante de uma avaliação e/ou intervenção psicológica. Em função disso, cabe ao psicólogo deve observar os seguintes aspectos:

- Os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos sobre os fenômenos psicológicos;
- A natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do fenômeno psicológico;

Ao produzir documentos escritos, o psicólogo deve respeitar o seu dever de **prestar serviços psicológicos de qualidade**, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional. Esse dever está presente no Art.1º, alínea "c", do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Quando os documentos escritos forem resultantes do processo de avaliação psicológica, o psicólogo deve ter fundamentado sua decisão, obrigatoriamente, em **métodos, técnicas e instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente** para uso na prática profissional (fontes fundamentais e, a depender do contexto, fontes complementares de informação). Essa postura está explicitada na Resolução CFP nº09/2018.

Além disso, o psicólogo deve **resguardar os cuidados com o sigilo profissional**, como previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo. Quando o psicólogo precisar referenciar material teórico-técnico na



produção de um documento escrito, as referências devem ser colocadas – preferencialmente – em nota de rodapé, respeitando-se a especificidade do documento produzido.

Por fim, toda e qualquer modalidade de documento deverá ter as **laudas numeradas**, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

Para resumir os princípios técnicos na elaboração de documentos psicológicos, temos:



1. Utilizar dados fidedignos;
2. Prestar serviços psicológicos de qualidade;
3. Considerar os determinantes históricos e sociais, seus efeitos sobre o psiquismo e a natureza dinâmica;
4. Utilizar métodos, técnicas e instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente;
5. Resguardar os cuidados com o sigilo profissional;
6. Colocar as referências em nota de rodapé;
7. Numerar as laudas dos documentos escritos.

2.1.2. Princípios da Linguagem Técnica

Ao redigir o documento psicológico, o psicólogo deve se **expressar de maneira precisa** expondo o raciocínio psicológico resultante da sua atuação profissional.

O texto do documento deve ser construído com frases e parágrafos que resultem de uma **articulação de ideias**, caracterizando uma sequência lógica de posicionamentos que representem o nexo causal resultante de seu raciocínio.

A linguagem escrita deve basear-se nas normas cultas da língua portuguesa, na técnica da Psicologia, na **objetividade da comunicação** e na garantia dos direitos humanos.

Os documentos psicológicos devem ser **escritos de forma impessoal**, na terceira pessoa, com coerência que expresse a ordenação de ideias e a interdependência dos diferentes itens da estrutura do documento.

Os documentos psicológicos **não devem apresentar descrições literais dos atendimentos** realizados, salvo quando tais descrições se justifiquem tecnicamente.



Para resumir os princípios da linguagem técnica na elaboração de documentos psicológicos, temos:



1. Expressar-se de maneira precisa;
2. Apresentar uma sequência lógica de posicionamentos;
3. Adotar a norma culta da língua portuguesa, com objetividade e respeito aos direitos humanos;
4. Utilizar escrita impessoal (3ª pessoa);
5. Não apresentar descrições literais dos atendimentos (salvo com justificativa técnica).

2.1.3. Princípios Éticos

Na elaboração de documento psicológico, a(o) psicóloga(o) baseará suas informações na **observância do Código de Ética Profissional do Psicólogo**, além de outros dispositivos de Resoluções específicas.

O psicólogo deve respeitar o **sigilo profissional** em relação às equipes interdisciplinares, às relações com a justiça e com as políticas públicas, e o alcance das informações na garantia dos direitos humanos, identificando riscos e compromissos do alcance social do documento elaborado.

À(o) psicóloga(o) é vedado, sob toda e qualquer condição, o uso dos instrumentos, técnicas psicológicas e experiência profissional de forma a **sustentar modelo institucional e ideológico de segregação dos diferentes modos de subjetivação**.

Sempre que o trabalho exigir, poderá a(o) psicóloga(o), mediante fundamentação, intervir sobre a demanda e construir um projeto de trabalho que aponte para a **reformulação dos condicionantes que provocam o sofrimento psíquico**, a violação dos direitos humanos e a manutenção ou prática de preconceito, discriminação, violência e exploração como formas de dominação e segregação.

A(o) psicóloga(o) deve prestar serviço responsável e de qualidade, observando os **princípios éticos e o compromisso social** da Psicologia, de modo que a demanda, tal como formulada, seja compreendida como efeito de uma situação de grande complexidade.

É **dever** da(o) psicóloga(o) elaborar e fornecer **documentos psicológicos** sempre que solicitada(o) ou quando finalizado um processo de avaliação psicológica.



A(o) psicóloga(o) fica **responsável ética e disciplinarmente** pelo cumprimento das disposições apresentadas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrentes das informações que fizerem constar nos documentos psicológicos.

Para resumir os princípios éticos na elaboração de documentos psicológicos, temos:



1. Observar o Código de Ética Profissional do Psicólogo;
 2. Respeitar o sigilo profissional;
 3. Não deve sustentar modelo institucional e ideológico de segregação;
 4. Intervir sobre a reformulação dos condicionantes (quando o trabalho exigir);
 5. Prestar serviço responsável e de qualidade;
 6. Elaborar e fornecer documentos psicológicos (quando solicitado ou no final da avaliação psicológica);
- Torna-se responsável ética e disciplinarmente pelo cumprimento dos procedimentos listados.

2.2. Modalidades de Documentos

Os **documentos psicológicos** podem ser dos seguintes **tipos**:





2.3. Conceito, Finalidade e Estrutura

2.3.1. Declaração

Declaração consiste em um documento escrito que tem por finalidade registrar, de forma **objetiva e sucinta**, informações sobre a prestação de serviço realizado ou em realização, abrangendo as seguintes informações:

- I. Comparecimento da pessoa atendida e seu acompanhante;
- II. Acompanhamento psicológico realizado ou em realização;
- III. Informações sobre tempo de acompanhamento, dias e horários.

É vedado o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos na Declaração.

A declaração deve apresentar as informações da **estrutura** detalhada abaixo, em forma de itens ou texto corrido:

- I. Título: Declaração
- II. Expor no texto:
 - a) Nome da pessoa atendida: identificação do nome completo ou nome social completo;
 - b) Finalidade: descrição da razão ou motivo do documento;
 - c) Informações sobre local, dias, horários e duração do acompanhamento psicológico.
- III. O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional e assinatura.

2.3.2. Atestado Psicológico

O atestado psicológico apresenta a seguinte **definição**:

*"Atestado psicólogo consiste em um documento que certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com **a finalidade de afirmar as condições psicológicas** de quem, por requerimento, o solicita." (CFP, 2019)*

O atestado psicológico apresenta também outra finalidade que é a de **comunicar o diagnóstico de condições mentais que incapacitem a pessoa atendida**, com fins de:

- I. Justificar faltas e impedimentos;
- II. Justificar estar apto ou não para atividades específicas (manusear arma de fogo, dirigir veículo motorizado no trânsito, assumir cargo público ou privado, entre outros), após realização de um processo de avaliação psicológica
- III. Solicitar afastamento e/ou dispensa, subsidiada na afirmação atestada do fato



- O atestado psicológico resulta de uma avaliação psicológica. É responsabilidade da(o) psicóloga(o) atestar somente o que foi verificado no processo de avaliação e que esteja dentro do âmbito de sua competência profissional.
- A emissão de atestado deve estar fundamentada no registro documental.
- Os Conselhos Regionais podem, no prazo de até cinco anos, solicitar à(ao) psicóloga(o) a apresentação da fundamentação técnico-científica do atestado.

A **elaboração do atestado** psicológico deve se restringir à **informação solicitada**, contendo expressamente o fato constatado. As informações devem ser apresentadas do seguinte modo:

- Registradas em **texto corrido**, separadas apenas pela pontuação, **sem parágrafos**, evitando, com isso, riscos de adulteração.
- No caso em que seja necessária a utilização de parágrafos, a(o) psicóloga(o) deverá preencher esses espaços com traços.

A **estrutura do atestado psicológico** consiste nos seguintes elementos:



ELEMENTOS	COMPONENTES
Título	Atestado Psicológico
Estrutura	<ol style="list-style-type: none">1. Nome da pessoa ou instituição atendida: identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sociodemográficas;2. Nome do solicitante: identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados3. Finalidade: descrição da razão ou motivo do pedido4. Descrição das condições psicológicas do beneficiário do serviço psicológico advindas do raciocínio psicológico ou processo de avaliação psicológica realizado, respondendo a finalidade deste. Quando justificadamente necessário, fica facultado à(ao) psicóloga(o) o uso da Classificação Internacional de Doenças (CID) ou outras Classificações de diagnóstico, científica e socialmente reconhecidas, como fonte para enquadramento de diagnóstico;5. Indicação das informações finais: local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(do) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.
<i>É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do atestado psicológico, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso e que se trata de documento extrajudicial.</i>	

2.3.3. Relatório Psicológico

O relatório psicológico apresenta a seguinte **definição**:

"O **relatório psicológico** consiste em um documento que, por meio de uma exposição escrita, descritiva e circunstanciada, considera os **condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição** atendida, podendo também ter **caráter informativo**. Visa a



comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar **orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções** pertinentes à situação descrita no documento, **não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.**" (CFP, 2019)

A elaboração do relatório psicológico deve considerar **três diretrizes principais**:

- O **relatório psicológico** é uma peça de natureza e valor **técnico-científico**, devendo conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia. A linguagem utilizada deve ser acessível e compreensível ao destinatário, respeitando os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- O **relatório psicológico não corresponde à descrição literal** das sessões, atendimento ou acolhimento realizado, salvo quando tal descrição se justifique tecnicamente. Este deve explicitar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnico-científico da(o) profissional, bem como suas conclusões e/ou recomendações.
- O **relatório psicológico** deve apresentar as informações em forma de itens ou **texto corrido**.

O **relatório psicológico** é composto por uma estrutura constituída de **cinco itens**:

Identificação

Descrição da
Demanda

Procedimento

Análise

Conclusão

IDENTIFICAÇÃO

1. **Título:** "Relatório Psicológico";
2. **Nome da pessoa** ou instituição atendida: identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sociodemográficas;
3. **Nome do solicitante:** identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados;
4. **Finalidade:** descrição da razão ou motivo do pedido;
5. **Nome da(o) autora(or):** identificação do nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o) responsável pela construção do documento, com a respectiva inscrição no Conselho Regional de Psicologia.



DESCRIÇÃO DA DEMANDA

- **Descrever as informações** sobre o que motivou a busca pelo processo de trabalho prestado, indicando quem forneceu as informações e as demandas que levaram à solicitação do documento.
- **A descrição da demanda** constitui requisito **indispensável** e deverá apresentar o raciocínio técnico-científico que justificará procedimentos utilizados

PROCEDIMENTO

- **Apresentar o raciocínio técnico-científico** que justifica o processo de trabalho utilizado na prestação do serviço psicológico e os recursos técnico-científicos utilizados, especificando o referencial teórico metodológico que fundamentou suas análises, interpretações e conclusões.
- **Citar as pessoas ouvidas** no processo de trabalho desenvolvido, as **informações objetivas**, o número de encontros e o tempo de duração do processo realizado.
- **Os procedimentos adotados** devem ser pertinentes à complexidade do que está sendo demandado.

ANÁLISE

- **Constar, de forma descritiva, narrativa e analítica**, as principais características e **evolução do trabalho** realizado, baseando-se em um pensamento sistêmico sobre os dados colhidos e as situações relacionadas à demanda que envolve o processo de atendimento ou acolhimento, sem que isso corresponda a uma descrição literal das sessões, atendimento ou acolhimento, salvo quando tal descrição se justificar tecnicamente.
- **A análise** deve apresentar **fundamentação teórica e técnica**.
- **Somente deve ser relatado o que for necessário** para responder a demanda, tal qual disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- **É vedado à(o) psicóloga(o)** fazer constar no documento **afirmações de qualquer ordem sem identificação da fonte** de informação ou sem a devida sustentação em fatos e/ou teorias.
- **A linguagem** deve ser **objetiva e precisa**, especialmente quando se referir a informações de natureza subjetiva.

CONCLUSÃO

- **Descrever suas conclusões**, a partir do que foi relatado na análise, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo.



- **Pode constar encaminhamento**, orientação e sugestão de continuidade do atendimento ou acolhimento.

Informações Finais:

- **Indicação do local, data de emissão, carimbo**, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

É facultado à(ao) psicóloga(o) **destacar**, ao final do relatório, **que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação**, que possui caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao relatório por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.

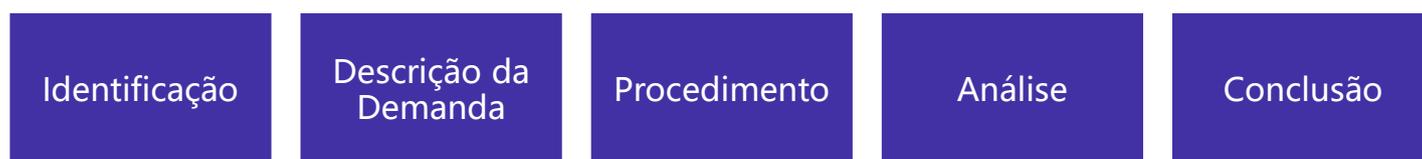
2.3.4. Relatório Multiprofissional

O relatório multiprofissional apresenta a seguinte **definição**:

"O relatório multiprofissional é **resultante da atuação da(o) psicóloga(o) em contexto multiprofissional**, podendo ser **produzido em conjunto com profissionais de outras áreas**, preservando-se a autonomia e a ética profissional dos envolvidos." (CFP, 2019)

A(o) psicóloga(o) deve observar as mesmas características do relatório psicológico. As informações para o cumprimento dos objetivos da atuação multiprofissional devem ser registradas no relatório, em conformidade com o que institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo em relação ao sigilo.

As informações do relatório multiprofissional podem ser apresentadas em forma de itens ou texto corrido. A estrutura desse relatório é também composta por **cinco itens**:



Em cada item será destacado, em vermelho, as **diferenças** entre o **relatório multiprofissional e o relatório psicológico**.

IDENTIFICAÇÃO

1. **Título**: "Relatório Multiprofissional";
2. Nome da pessoa ou instituição atendida: identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sociodemográficas;



3. Nome do solicitante: identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados;
4. Finalidade: descrição da razão ou motivo do pedido;
5. **Nome das autoras(res):** identificação do nome completo ou nome social completo das(os) profissionais responsáveis pela construção do documento, com indicação de sua categoria profissional e o respectivo registro em órgão de classe, quando houver.

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

- Descrever as informações sobre o que motivou a busca pelo processo de trabalho multiprofissional, indicando quem forneceu as informações e as demandas que levaram à solicitação do documento.
- A descrição da demanda constitui requisito indispensável e deverá apresentar o raciocínio técnico-científico que justificará procedimentos utilizados pelo psicólogo ou pela equipe multiprofissional.

PROCEDIMENTO

- Apresentar o raciocínio técnico-científico, que justifica o processo de trabalho realizado pela(o) psicóloga(o) e/ou pela equipe multiprofissional, e todos os procedimentos realizados pela(o) psicóloga(o), especificando o referencial teórico que fundamentou suas análises e interpretações.
- A descrição dos procedimentos e/ou técnicas privativas da Psicologia deve vir separada das descritas pelos demais profissionais.

ANÁLISE

- Orienta-se que cada profissional faça sua análise separadamente, identificando, com subtítulo, o nome e a categoria profissional.
- A(o) psicóloga(o) deve seguir as orientações que constam item "Análise do Relatório Psicológico"
- O relatório multiprofissional não isenta a(o) psicóloga(o) de realizar o registro documental.

CONCLUSÃO



- Pode ser realizada em conjunto, principalmente nos casos em que se trate de um processo de trabalho interdisciplinar.
- A(o) psicóloga(o) deve elaborar a conclusão a partir do relatado na análise, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo, podendo constar encaminhamento, orientação e sugestão de continuidade do atendimento ou acolhimento.

Informações Finais:

- Indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste **nome completo ou nome social completo dos profissionais**, e os números de inscrição na sua categoria profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do relatório multiprofissional, **que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado** no item de identificação, que possui caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao relatório por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.

2.3.5. Laudo Psicológico

O laudo psicológico apresenta a seguinte **definição**:

“O laudo psicológico é o **resultado de um processo de avaliação psicológica**, com finalidade de **subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda**. Apresenta informações técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida.” (CFP, 2019)

Na elaboração do laudo psicológico, o(a) psicólogo(a) deve se obedecer às seguintes **diretrizes**:

I. O laudo psicológico é uma peça de natureza e valor técnico-científico. Deve conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário, em conformidade com os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

II. Deve ser construído com base no registro documental elaborado pela(o) psicóloga(o) e na interpretação e análise dos dados obtidos por meio de métodos, técnicas e procedimentos reconhecidos cientificamente para uso na prática profissional

III. Deve considerar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnico-científico da profissional, fundamentado teórica e tecnicamente, bem como suas conclusões e recomendações, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo.

IV. O laudo psicológico deve apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer as informações necessárias e



relacionadas à demanda e relatar: o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico, a hipótese diagnóstica, a evolução do caso, orientação e/ou sugestão de projeto terapêutico.

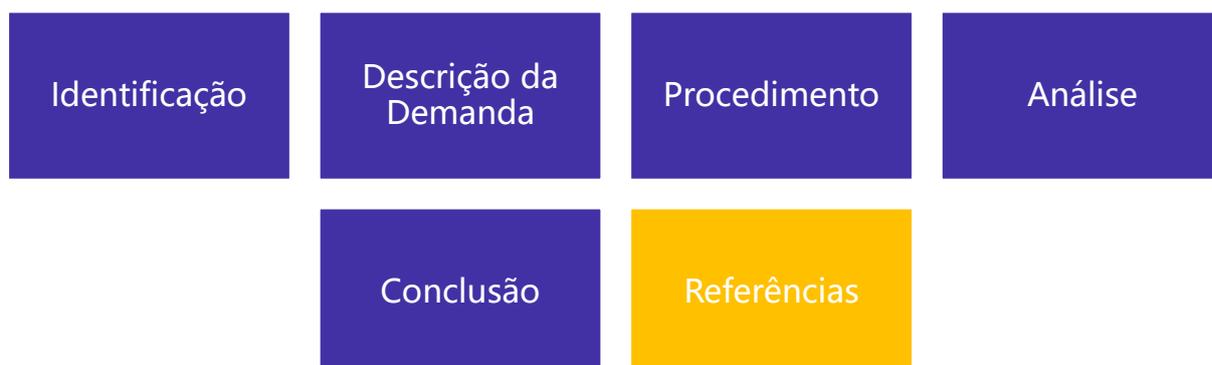
V. Nos casos em que a(o) psicóloga(o) atue em equipes multiprofissionais, e havendo solicitação de um documento decorrente da avaliação, o laudo psicológico ou informações decorrentes da avaliação psicológica poderão compor um documento único.

VI. Em caso de atuação em equipe multiprofissional, é indispensável que a(o) psicóloga(o) registre informações necessárias ao cumprimento dos objetivos da atuação multiprofissional, resguardando o caráter do documento como registro e a forma de avaliação em equipe.

VII. Deve-se considerar o sigilo profissional na elaboração do laudo psicológico em conjunto com equipe multiprofissional, conforme estabelece o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

VIII. O laudo psicológico deve apresentar as informações em forma de itens.

A **estrutura** do laudo psicológico é composta por **6 itens**:



Observe que a estrutura do laudo é **semelhante à do relatório psicológico ou multiprofissional, exceto pelo acréscimo das referências.**



IDENTIFICAÇÃO

1. Título: "Laudo Psicológico";

2. Nome da pessoa ou instituição atendida: identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sociodemográficas;



3. Nome do solicitante: identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados;

4. Finalidade: descrição da razão ou motivo do pedido;

5. Nome da(o) autora(or): identificação do nome completo ou nome social completo da(do) psicóloga(o) responsável pela construção do documento, com a respectiva inscrição no Conselho Regional de Psicologia.

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

• **Descrever as informações** sobre o que motivou a busca pelo processo de trabalho prestado, indicando quem forneceu as informações e as demandas que levaram à solicitação do documento.

• **A descrição da demanda** constitui **requisito indispensável** e deverá apresentar o raciocínio técnico-científico que justificará procedimentos utilizados.

PROCEDIMENTO

• **Deve apresentar o raciocínio técnico-científico** que justifica o processo de trabalho realizado pela(o) psicóloga(o) e os recursos técnico-científicos utilizados no processo de avaliação psicológica, especificando o referencial teórico metodológico que fundamentou suas análises, interpretações e conclusões.

• **Cumpre, à(ao) autora(or) do laudo**, citar as pessoas ouvidas no processo de trabalho desenvolvido, as informações objetivas, o número de encontros e o tempo de duração do processo realizado. Os procedimentos adotados devem ser pertinentes à complexidade do que está sendo demandado e a(o) psicóloga(o).

ANÁLISE

• **Fazer uma exposição descritiva, metódica, objetiva e coerente** com os dados colhidos e situações relacionadas à **demanda em sua complexidade** considerando a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do seu objeto de estudo.

• **A análise não deve apresentar descrições literais** das sessões ou atendimentos realizados, salvo quando tais descrições se justifiquem tecnicamente.

• **Nessa exposição**, deve-se respeitar a **fundamentação teórica** que sustenta o instrumental técnico utilizado, bem como os princípios éticos e as questões relativas ao sigilo das informações. Somente deve



ser relatado o que for necessário para responder a demanda, tal qual disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo.

A(o) psicóloga(o) **não deve fazer afirmações sem sustentação em fatos ou teorias**, devendo ter linguagem objetiva e precisa, especialmente quando se referir a dados de natureza subjetiva.

CONCLUSÃO

- **Descrever suas conclusões** a partir do que foi relatado na análise, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo.
- **Indicar os encaminhamentos e intervenções, diagnóstico, prognóstico** e hipótese diagnóstica, **evolução do caso**, orientação ou sugestão de projeto terapêutico.

Informações Finais:

- **Indicação do local, data de emissão, carimbo**, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

É facultado à(o) psicóloga(o) **destacar, ao final do relatório multiprofissional, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes** do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao relatório por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.

Referências

- É obrigatória a informação das fontes científicas ou referências bibliográficas utilizadas, em nota de rodapé, preferencialmente.

2.3.6. Parecer Psicológico

O parecer psicológico apresenta a seguinte **definição**:

“O parecer psicológico é um **pronunciamento por escrito**, que tem como finalidade apresentar uma **análise técnica**, respondendo a uma **questão-problema** do campo psicológico ou a documentos psicológicos questionados.” (CFP, 2019)

O parecer psicológico tem o objetivo de **solucionar dúvidas de uma questão-problema** ou documento psicológico que estão interferindo na decisão do solicitante, sendo, portanto, uma resposta a uma consulta.

É importante destacar que o parecer psicológico apresenta as **seguintes características**:



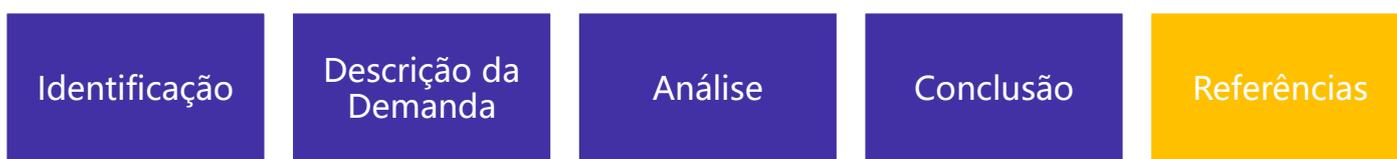
I. A **elaboração** de parecer psicológico exige, da(o) psicóloga(o), conhecimento específico e competência no assunto.

II. O **resultado** do parecer psicológico pode ser indicativo ou conclusivo.

III. O **parecer psicológico não é um documento resultante do processo de avaliação psicológica** ou de intervenção psicológica.

IV. **As informações** do parecer devem ser apresentadas em forma de itens.

A estrutura do parecer psicológico é composta por **5 itens**:



Ou seja, diferentemente do relatório psicológico (ou multiprofissional) e do laudo, o parecer **não apresenta o item "procedimento"**. No entanto, de forma semelhante ao laudo, o parecer apresenta as referências.

IDENTIFICAÇÃO

- 1. Título:** "Parecer Psicológico";
- 2. Nome da pessoa** ou instituição objeto do questionamento (ou do parecer): identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sociodemográficas da pessoa ou instituição cuja dúvida ou questionamento se refere;
- 3. Nome do solicitante:** identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou outros interessados;
- 4. Finalidade:** descrição da razão ou motivo do pedido;
- 5. Nome da(o) autora(or):** identificação do nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o) responsável pela construção do documento, com a respectiva inscrição no Conselho Regional de Psicologia e titulação que comprove o conhecimento específico e competência no assunto.

DESCRIÇÃO DA DEMANDA



- **Destina-se à transcrição** do objetivo da consulta ou demanda. Deve-se apresentar as informações referentes à demanda e finalidades do parecer.
- **A descrição da demanda** deve justificar a análise realizada.

ANÁLISE

- **Análise minuciosa da questão explanada** e argumentada com base nos fundamentos éticos, técnicos e/ou conceituais da Psicologia, bem como nas normativas vigentes que regulam e orientam o exercício profissional.

CONCLUSÃO

- **A(o) psicóloga(o)** apresenta seu **posicionamento sobre a questão-problema** ou documentos psicológicos questionados.

Informações Finais:

- **Indicação do local, data de emissão, carimbo**, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do relatório multiprofissional, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao relatório por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.

Referências

- **É obrigatória a informação das fontes científicas ou referências bibliográficas utilizadas, em nota de rodapé, preferencialmente.**

Vamos ver como este conteúdo pode ser cobrado em prova:



(CESPE – TCE/PA –2016) No que se refere à avaliação psicológica e ao psicodiagnóstico, julgue o item que se segue.

O parecer psicológico é o documento a ser elaborado ao final da avaliação psicológica.

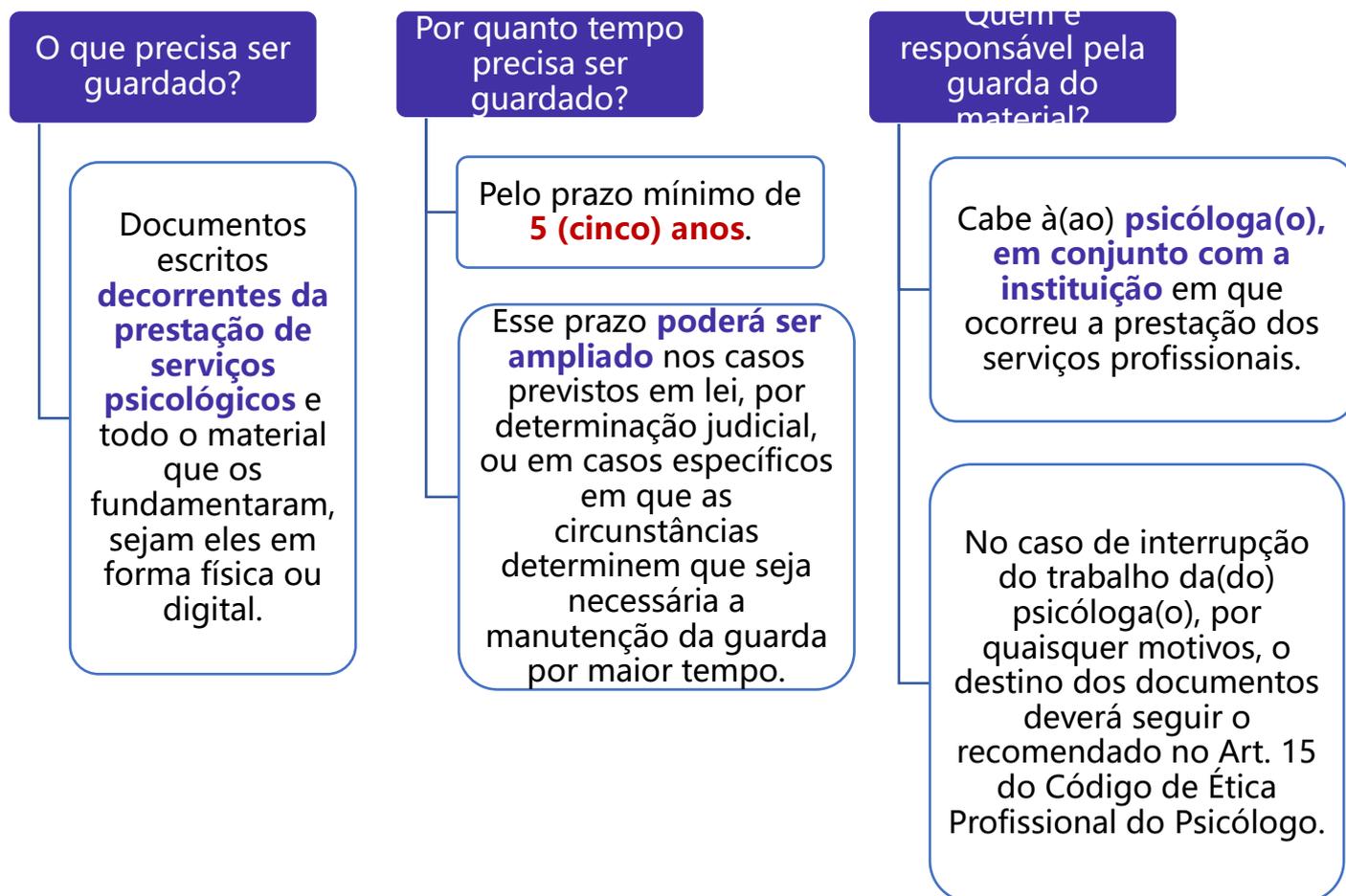
Comentários:



Os únicos documentos decorrentes de avaliação psicológica são o laudo psicológico e o atestado psicológico. Muitas bancas distorcem essa informação para confundir os candidatos despreparados, fiquem espertos!

Gabarito: INCORRETA.

2.4. Guarda dos Documentos



2.5. Destino e Envio dos Documentos

Os documentos produzidos pela(o) psicóloga(o) devem ser entregues diretamente ao beneficiário da prestação do serviço psicológico, ao seu responsável legal e/ou ao solicitante, em entrevista devolutiva.

É **obrigatório** que a(o) psicóloga(o) mantenha **protocolo de entrega de documentos**, com assinatura do solicitante, comprovando que este efetivamente o recebeu e que se responsabiliza pelo uso e sigilo das informações contidas no documento.

Os documentos produzidos poderão ser **arquivados em versão impressa**, para apresentação no caso de **fiscalização do Conselho Regional de Psicologia** ou instâncias judiciais.



2.6. Prazo de Validade do Conteúdo dos Documentos

O **prazo de validade do conteúdo** do documento escrito, decorrente da prestação de serviços psicológicos, deverá ser **indicado no último parágrafo** do documento.

A validade indicada deverá considerar a normatização vigente na área em que atua a(o) psicóloga(o), bem como a natureza dinâmica do trabalho realizado e a necessidade de atualização contínua das informações.

Não havendo definição normativa, o **prazo de validade deve ser indicado pela(o) psicóloga(o)**, levando em consideração os objetivos da prestação do serviço, os procedimentos utilizados, os aspectos subjetivos e dinâmicos analisados e as conclusões obtidas.

2.7. Entrevista Devolutiva

A **entrevista devolutiva** deve ser realizada pelo(a) psicólogo(a) **para a entrega do relatório e laudo psicológico**. Ela feita com a pessoa, grupo, instituição atendida ou responsáveis legais. Quando impossibilitado de fazer a entrevista devolutivo, o(a) psicólogo deve indicar suas razões.

Para os demais tipos de documentos, recomenda-se que o psicólogo realize a entrevista devolutiva sempre que solicitado.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (CESPE – TJ/PA – 2020) Os testes projetivos permitem a obtenção de informações sobre diferentes níveis de funcionamento da personalidade e, para isso, são oferecidos ao examinando estímulos ambíguos que produzem associações consideradas expressões da personalidade. A respeito desses testes na avaliação psicológica, assinale a opção correta.

- a) Como o estímulo apresentado é ambíguo, ao falar sobre ele, o examinando se organiza e faz uma descrição objetiva bem próxima da realidade externa.
- b) O termo métodos de expressão indireta é uma nomenclatura apropriada e equivalente ao termo testes projetivos.
- c) As técnicas projetivas fornecem informações equivalentes às obtidas por meio das escalas.
- d) Mesmo que sejam desenvolvidos sistemas objetivos de avaliação, os passos finais na avaliação e integração dos dados brutos dependem da habilidade e da experiência clínica do examinador.
- e) A avaliação psicológica com utilização de testes projetivos baseia-se no conceito de associação controlada, uma vez que a associação livre ocorre somente em algumas circunstâncias.

Comentários:

- a) INCORRETA. Quando se fala em descrição objetiva, não se aplica a estímulos ambíguos, e sim bem definidos, como no caso dos testes psicométricos.
- b) INCORRETA. Métodos de expressão indireta não é nomenclatura apropriada e equivalente ao termo testes projetivos.
- c) INCORRETA. Escalas são próprias dos testes psicométricos.
- d) CORRETA. De acordo com Anastasi (1965), mesmo que sejam desenvolvidos sistemas objetivos de avaliação, os passos finais na avaliação e integração dos dados brutos dependem da habilidade e da experiência clínica do examinador.
- e) INCORRETA. A avaliação psicológica com utilização de testes projetivos baseia-se no conceito de associação livre e não controlada, por esse motivo são mais difíceis de manipular.

Gabarito: letra B



2. (CESPE – TJ/PA – 2020) Pode-se considerar que a avaliação psicológica no Brasil está em pleno renascimento, haja vista a descrição, por diversos autores, de técnicas e práticas mais coesas do ponto de vista teórico-metodológico. Considerando esse assunto, assinale a opção correta.

- a) Em geral, a avaliação psicológica e a intervenção são abordadas, na literatura, como processos ininterruptos.
- b) O psicodiagnóstico interventivo propõe a condução de processos de avaliação psicológica para, entre outras finalidades, oferecer feedback para efeitos terapêuticos enquanto ocorre a avaliação.
- c) O psicodiagnóstico interventivo de orientação psicanalítica estabelece procedimentos pré-determinados e uniformes de conduta a serem seguidos.
- d) A avaliação terapêutica deve ser executada por profissionais de áreas específicas cuja orientação teórica esteja pautada em teorias intersubjetivas, fenomenológicas e interpessoais.
- e) O psicodiagnóstico é baseado na objetividade e adota uma categorização diagnóstica de baixa utilidade em termos terapêuticos.

Comentários:

- a) INCORRETA. A avaliação psicológica e a intervenção não são processos ininterruptos.
- b) CORRETA. No psicodiagnóstico interventivo são feitas intervenções durante a realização de entrevistas e aplicação de testes, com o objetivo terapêutico.

Psicodiagnóstico Interventivo constitui uma prática clínica que congrega ao mesmo tempo investigação e intervenção, incluindo o uso de assinalamentos, holding, handling e interpretações desde a primeira entrevista e durante a aplicação de técnicas projetivas. Esse trabalho, que visa explorar de maneira sistemática os efeitos terapêuticos promovidos pela situação de avaliação psicológica, vem conquistando o seu lugar entre os métodos psicoterápicos devido à sua alta eficácia, continuamente comprovada por estudos como os de Ancona-Lopez et al. (1995), Barbieri (2002), Barbieri, Jacquemin e Biasoli-Alves (2004), Leoncio e Tardivo (2006), Vaisberg (2004), entre outros.

- c) INCORRETA. No psicodiagnóstico interventivo de orientação psicanalítica não existe procedimentos pré-determinados e uniformes de conduta pré-definidos, haja vista a lei fundamental da psicanálise, que é a associação livre.
- d) INCORRETA. A avaliação terapêutica não se prende a uma abordagem teórica específica.
- e) INCORRETA. O psicodiagnóstico não adota uma categorização diagnóstica de baixa utilidade em termos terapêuticos. O psicodiagnóstico, ao cumprir o objetivo de classificação nosológica ou diagnóstica, ele irá se fundamentar em orientações oficiais como o DSM-V e propor uma ação terapêutica adequada ao caso.

Gabarito: letra B.



3. (CESPE – TJ/AM – 2019) Em uma instituição pública, foi solicitado aos psicólogos que fizessem a avaliação de um servidor, tendo em vista o alto grau de estresse apresentado por ele, após a reformulação do método de trabalho ali implantado. De acordo com seus colegas de trabalho, esse servidor estaria apresentando comportamentos estranhos.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Se fossem aplicados, no caso em comento, os testes de Zulliger, Rorschach e Tat, o avaliado teria menores condições de manipular suas respostas.

Comentários:

De fato os testes citados, por serem projetivos, oferecem menores condições de manipulação de suas respostas. É importante ressaltar que a assertiva não afirma que estes testes são os mais adequados para o caso, apenas apresenta uma informação verdadeira sobre eles, caso eles sejam aplicados.

Gabarito: CORRETA.

4. (CESPE – TJ/AM – 2019) Em uma instituição pública, foi solicitado aos psicólogos que fizessem a avaliação de um servidor, tendo em vista o alto grau de estresse apresentado por ele, após a reformulação do método de trabalho ali implantado. De acordo com seus colegas de trabalho, esse servidor estaria apresentando comportamentos estranhos.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

No caso relatado, poderia ser aplicada compulsoriamente a avaliação com testes, na qual se indicam os inventários e as escalas, pois esses testes não são manipuláveis pelo paciente, que, nesse contexto, tenderia a responder da forma que imagina ser a mais favorável para si.

Comentários:

O psicólogo não deve, jamais, aplicar algum teste de maneira compulsória, deve sempre respeitar o caráter voluntário. Além disso, inventários e escalas são considerados mais propensos a manipulação das respostas e não o contrário, como descreve a assertiva.

Gabarito: INCORRETA.

5. (CESPE – TJ/AM – 2019) Em uma instituição pública, foi solicitado aos psicólogos que fizessem a avaliação de um servidor, tendo em vista o alto grau de estresse apresentado por ele, após a reformulação do método de trabalho ali implantado. De acordo com seus colegas de trabalho, esse servidor estaria apresentando comportamentos estranhos.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

É desaconselhável aplicar, no caso desse servidor, testes embasados em métodos de autoexpressão, que, por facilitarem manipulação de respostas, comprometem a confiabilidade dos dados obtidos.



Comentários:

Os testes projetivos integram uma categoria ampla capaz de abranger os testes expressivos. Como vimos, os testes projetivos baseiam-se na apresentação de estímulos ambíguos que favorecem a realização de associações e projeções, sendo assim, não facilitam a manipulação de respostas, como exposto na assertiva, muito pelo contrário.

"Os métodos projetivos possibilitam uma exploração da personalidade mais global e livre do que se pode obter mediante o emprego de outros métodos, uma vez que a execução da tarefa proposta implica em um intenso grau de criação e elaboração pessoal" (PERES & JUSTO, 2005, p.308).

Gabarito: INCORRETA.

6. (CESPE – STJ – 2018) A respeito de avaliação psicológica e dos instrumentos de avaliação, julgue o item seguinte.

Os testes psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas e psiquiátricas que constituem um método ou técnica de uso privativo do psicólogo.

Comentários:

Os testes psicológicos não são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psiquiátricas, apenas de características psicológicas.

Gabarito: INCORRETA.

7. (CESPE – STJ – 2018) A respeito de avaliação psicológica e dos instrumentos de avaliação, julgue o item seguinte.

Considerando-se os limites da avaliação psicológica e o comportamento humano, resultado de uma complexa teia de dimensões inter-relacionadas que interagem para produzi-lo, as avaliações psicológicas têm um limite em relação ao que é possível entender e prever, mesmo baseando-se em métodos cientificamente comprovados.

Comentários:

A assertiva está em conformidade com a Cartilha do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o processo de avaliação psicológica:

Quais os limites da avaliação psicológica?

Como o comportamento humano é resultado de uma complexa teia de dimensões inter-relacionadas que interagem para produzi-lo, é praticamente impossível entender e considerar todas as nuances e relações a ponto de prevê-lo deterministicamente. As avaliações têm um limite em relação ao que é possível entender e prever. Entretanto,



avaliações calcadas em métodos cientificamente sustentados chegam a respostas muito mais confiáveis que opiniões leigas no assunto ou o puro acaso.

Gabarito: CORRETA.

8. (FCC – TJ/MA – 2019) Em relação ao psicodiagnóstico infantil, na escolha da bateria de teste mais adequada para entender e avaliar a criança, considere as assertivas a seguir.

- I. Será imprescindível pensar em testes que auxiliem a compreender o maior número possível de condutas da criança.
- II. É recomendado iniciar com os testes mais ansiógenos, para que o profissional tenha mais tempo de lidar com os conteúdos ao longo do processo.
- III. Não será possível realizar comparações entre os diferentes testes realizados, pois cada um refletirá aspectos específicos da personalidade da criança.
- IV. É importante planejar a sequência em que serão aplicados os testes, levando-se em conta a natureza do teste e o caso avaliado.

Está correto o que consta APENAS em

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) I e IV.

Comentários:

Embora não tenhamos estudado o Psicodiagnóstico Infantil especificamente, esta é uma questão muito rica em informações e pode ser aplicada em contexto de Psicodiagnóstico em geral. Vamos analisar cada uma das assertivas:

- I. CORRETA. É exatamente o objetivo. Pensar em testes que auxiliem essa compreensão, tendo em vista que no processo Psicodiagnóstico, este instrumento é indispensável.
- II. INCORRETA. É justamente o contrário. O campo sugere, inclusive, que se inicie com o teste gráfico, exatamente, por ser menos ansiogênico e propiciar um melhor rapport e vínculo com avaliando. (Cunha, 2000; Ocampo, Arzeno, & Piccolo, 2009).
- III. INCORRETA. É possível sim realizar comparações entre os diferentes testes realizados, até mesmo é importante que se faça.



IV. CORRETA. O planejamento é essencial, e certamente, deve-se levar em conta a natureza do teste e o caso avaliado.

Sendo assim, apenas as assertivas I e IV estão corretas.

Gabarito: letra E.

9. (CESPE – TCE/PA – 2016) No que se refere à avaliação psicológica e ao psicodiagnóstico, julgue o item que se segue.

A comunicação dos resultados, enquanto etapa do processo psicodiagnóstico, é uma fonte de informação que permite sintetizar o caso e emitir o diagnóstico.

Comentários:

A entrevista devolutiva consiste em sintetizar corretamente o caso e emitir o diagnóstico e o prognóstico com determinada segurança e, concomitantemente, oferecer o planejamento acertado da orientação terapêutica, conforme for o caso. (Ocampo, Arzeno e Piccolo, 1995)

Gabarito: CORRETA.

10. (CESPE – TRE/BA – 2017) No que se refere a avaliação e testagem psicológica, julgue os seguintes itens.

I Fidedignidade ou padronização refere-se ao sistema de interpretação dos escores obtidos em um teste.

II A validade de um teste reside na sua capacidade de medir aquilo que se propõe a avaliar.

III A precisão é uma característica necessária e suficiente para garantir a validade de um instrumento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:



I. INCORRETA. Fidedignidade e padronização não são sinônimos. Fidedignidade ou precisão é a característica psicométrica que reflete a consistência dos resultados ou a capacidade que estes têm de se manterem estáveis em momentos de aplicação diferentes quando se utiliza o mesmo teste ou outro equivalente. Já a padronização indica os procedimentos que o psicólogo deve adotar antes e durante a aplicação do teste, é a uniformidade na aplicação dos testes.

II. CORRETA. É a correta definição de validade.

III. INCORRETA. Precisão não é sinônimo de validade.

Gabarito: letra B.

11. (CESPE – TJ/AM –2019) Caso clínico 10A2-I

Francisca, de quarenta e um anos de idade, servidora pública, apresentou, há um ano, diagnóstico de depressão, quando descobriu que sua filha, Maria, havia sido abusada sexualmente pelo pai, marido de Francisca à época. A menina, atualmente com cinco anos de idade, permaneceu um ano sem acompanhamento psicológico, embora tenha sido encaminhada pela instância policial aos serviços especializados de apoio, no momento dos fatos. A mãe decidiu, então, procurar serviço interno de psicologia, orientada por uma colega de setor, onde fez o seguinte relato: “Estou perdida e não sei o que fazer. Minha filha me pede para brincar com ela de coisas estranhas, sempre mencionando que era assim que o pai brincava com ela. Na escola, apresenta choro fácil, retraimento e baixa autoestima. Não quer ficar sozinha com ninguém, em lugar nenhum. Só fica comigo. Não tenho conseguido nem levá-la à escola. Ela não fica. Tem feito xixi na cama todas as noites. Não sei mais o que fazer. Às vezes, penso que queria desligar um botão, dormir e nunca mais acordar. Quando esses pensamentos ‘agoniam’ muito minha cabeça, tomo uns remedinhos, mas acordo com peso na consciência por ter deixado minha filha sozinha. Se um dia eu for desta para uma melhor, eu a levo comigo. O pai dela saiu de casa no dia em que descobri tudo. Ele negou, mas não tive dúvida. Havia alguma coisa estranha. Minha filha vivia com assaduras. Um dia, ao lhe dar banho, ela me perguntou se eu gostaria que ela pegasse nas minhas partes como o ‘papai pedia para ela’. Fui direto para a delegacia”.

A criança mora com a mãe — sem contato com o pai, por determinação judicial —, sob medida protetiva e apoio do programa de proteção à vítima.

Ainda tendo como referência a situação descrita no caso clínico 10A2-I, assim como o conceito, as temáticas, os aspectos éticos e interdisciplinares da psicologia jurídica e o Código de Ética do profissional psicólogo, julgue o próximo item.

Sendo o caso de Maria levado à justiça, o psicólogo que atua como perito deverá produzir, ao final da avaliação psicológica, um laudo pormenorizado, com descrição de todas as informações colhidas ao longo do atendimento.

Comentários:

De acordo com a Resolução CFP nº 006/2019, os documentos psicológicos não devem apresentar descrições literais dos atendimentos realizados, salvo quando tais descrições se justificarem tecnicamente. (art. 6º). Sendo assim, o psicólogo responsável pela avaliação não poderá elaborar um laudo com a descrição de



todas as informações colhidas ao longo do atendimento. O laudo deve apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer as informações necessárias e relacionadas à demanda.

Gabarito: INCORRETA.

12. (CESPE - TJ/PA - 2020) A respeito da construção de instrumentos psicológicos, assinale a opção correta.

- a) A elaboração de instrumentos e escalas psicológicas baseia-se exclusivamente em dois grandes polos, que envolvem procedimentos teóricos e procedimentos analíticos (estatísticos).
- b) A definição constitutiva para construção dos itens envolve a concepção do construto, em termos de conceitos próprios da teoria em que ele se insere.
- c) A análise semântica dos itens envolve uma análise teórica feita por juízes para avaliar a pertinência dos itens ao construto que representam.
- d) A análise final é composta pela etapa de validação do instrumento, que consiste em coletar informação empírica válida e submetê-la às análises estatísticas pertinentes em psicometria.
- e) Para elaborar um inventário, é necessário partir da realização de entrevistas, para identificar os tipos e as categorias de comportamentos que constituem uma representação adequada das dificuldades de aprendizagem dos pacientes.

Comentários:

Analisemos cada uma das assertivas:

- a) INCORRETA. Na realidade são três grandes polos: procedimentos teóricos, analíticos e empíricos.
- b) CORRETA. A definição constitutiva representa a definição do construtor por meio de outros construtos. Nesse caso, o construto é concebido em termos de conceitos próprios da teoria em que ele se insere. (Pasquali, 1999)
- c) INCORRETA. Uma análise teórica feita por juízes para avaliar a pertinência dos itens ao construto que representam se trata da análise do conteúdo ou análise dos juízes. A análise semântica tem como objetivo avaliar se os itens são compreensíveis junto à população-alvo.
- d) INCORRETA. O procedimento composto pela etapa de validação do instrumento, que consiste em coletar informação empírica válida e submetê-la às análises estatísticas pertinentes em psicometria refere-se aos procedimentos experimentais.
- e) INCORRETA. Para elaboração de um inventário, além das entrevistas existem os outros testes que medem o mesmo construto, que servem também como fonte.

Gabarito: letra B.



13. (CESPE - TJ/AM - 2019) A respeito de aspectos relacionados à violência familiar, julgue o item a seguir.

A avaliação da vítima de violência psicológica no contexto familiar deve ser feita por meio de instrumentos padronizados, sem uso de entrevista, para assegurar a confiabilidade das informações obtidas, o respeito à privacidade e a proteção da vítima.

Comentários:

Embora a banca tenha focado em um contexto muito específico - que é a avaliação da vítima de violência psicológica no contexto familiar - podemos estender para avaliação psicológica em contexto geral. Avaliação psicológica não deve ser feita sem uso de entrevista, em nenhuma hipótese. A entrevista é instrumento imprescindível para realização de avaliação psicológica.

A entrevista é o único procedimento capaz de se adaptar à diversidade de situações clínicas e de tornar explícitos particularidades que escapam a outros procedimentos.
(Tavares, 2000)

Gabarito: INCORRETA

14. (PUC - TJ/PR - 2017) Sobre as propriedades psicométricas dos instrumentos de avaliação psicológica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A fidedignidade de um teste refere-se a quanto o resultado obtido pelo indivíduo se aproxima do resultado verdadeiro do sujeito num traço qualquer. Ela tem sido analisada à luz da quantidade de erros presente nos resultados do teste, de forma que, apenas quando não existem erros, considera-se a medida confiável.
- b) Os dois parâmetros mais importantes de legitimidade de uma medida ou teste são a utilidade e a precisão.
- c) A validade de uma medida pode ser verificada sob diferentes perspectivas, entre elas encontram-se a validade de construto, a validade de conteúdo e a validade de critério.
- d) Um instrumento é considerado válido quando a sua padronização inclui normas de idade e de gênero.
- e) O processo de padronização de um teste ocorre por meio da tradução de um instrumento reconhecido internacionalmente. A tradução integral é a garantia da legitimidade do instrumento.

Comentários:

- a) INCORRETA. A fidedignidade ou precisão de um teste reflete a consistência dos resultados ou a capacidade que estes têm de se manterem estáveis em momentos de aplicação diferentes quando se utiliza o mesmo teste ou outro equivalente.



- b) INCORRETA. Os parâmetros mais importantes de legitimidade de uma medida ou teste são a fidedignidade ou precisão, validade, padronização e normatização.
- c) CORRETA. Vimos que a validade pode ser verificada sob diferentes perspectivas, entre elas encontram-se a validade de construto, a validade de conteúdo e a validade de critério.
- d) INCORRETA. Um instrumento é considerado válido quando tem a capacidade de medir/mensurar aquilo que se propõe.
- e) INCORRETA. O processo de padronização de um teste indica os procedimentos que o psicólogo deve adotar antes e durante a aplicação do teste.

Gabarito: letra C.

15. (UFPR – TJ/PR –2013) A entrevista psicológica é um processo bidirecional de interação entre duas ou mais pessoas com o propósito previamente fixado no qual uma delas, o entrevistador, procura saber o que acontece com a outra, o entrevistado, procurando agir conforme esse conhecimento (Jurema Cunha, 2000).

Considerando a que a autora se refere ao salientar que a ação do entrevistador deve ser coerente com o conhecimento que advém do processo de entrevista, avalie as seguintes afirmativas:

1. Todos os dados que o entrevistador procura coletar no decorrer da entrevista devem ter relação direta ou indireta com a demanda da avaliação psicológica.
2. Os indícios de dificuldades, tanto em responder aos questionamentos quanto em estabelecer uma relação de confiança com o profissional, devem sinalizar ao entrevistador a necessidade de utilizar formas mais adequadas ao abordar os aspectos que necessitam de informação.
3. Ao sinal de resistência, o entrevistador deve questionar o entrevistado acerca dos motivos de tal atitude e assumir uma atitude mais diretiva, para que o processo não seja comprometido.
4. O campo relacional que se estabelece entre entrevistador e entrevistado é foco de instrumentalização por parte do entrevistador.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Comentários:



Vamos analisar as afirmativas:

1. CORRETA. É uma afirmativa até um pouco óbvia. Ao fazer o planejamento, o entrevistador deve garantir que os dados coletados tenham relação direta ou indireta com a demanda da avaliação psicológica.
2. CORRETA. Se a pessoa avaliada tem dificuldades em responder aos questionamentos e em estabelecer uma relação de confiança com o profissional, é um sinal de que o profissional precisa se adequar melhor à realidade da pessoa entrevistada.
3. INCORRETA: Questionar o avaliado sobre os motivos de sua resistência não é maneira adequada de lidar com ela. Assumir uma atitude mais diretiva, para que o processo não seja comprometido? Assumir essa postura é justamente comprometer o processo.
4. CORRETA: O campo relacional entre entrevistado e entrevistador traz importantes informações ao processo avaliativo.

Gabarito: letra C.

16. (FCC – TRT 6º REGIÃO – 2012) No processo psicodiagnóstico de tipo compreensivo, o psicólogo busca

- a) Aplicar e avaliar testes psicológicos, com a finalidade de auxiliar o trabalho de outros profissionais, entrando em contato com aspectos parciais da personalidade do examinando.
- b) Transpor para o diagnóstico psicológico, noções advindas do diagnóstico clínico em medicina.
- c) Configurar uma espécie de antevisão dos fenômenos que a prática psicanalítica bem sucedida encontraria no paciente, e com os quais lidaria.
- d) Considerar prioritário os dados da observação objetiva, com exclusão de apreciações a respeito do mundo interno, respaldado na Psicologia da Aprendizagem.
- e) Encontrar um sentido para o conjunto das informações disponíveis, tomar aquilo que é relevante e significativo na personalidade.

Comentários:

- a) INCORRETA. O teste psicológico é apenas um dos instrumentos utilizados no processo psicodiagnóstico. Não é aplicação e avaliação de testes psicológicos que o psicodiagnóstico compreensivo busca.
- b) INCORRETA. Diagnóstico compreensivo não é a transposição de noções clínicas da medicina para o diagnóstico psicológico.
- c) INCORRETA. O diagnóstico compreensivo busca uma visão integral da personalidade, a partir de aspectos psicodinâmicos, tais como: nível de funcionamento, funções do ego (insight), sistema de defesa. Não se configura como uma espécie de antevisão dos fenômenos, assim como descreve, erroneamente, a assertiva.



d) INCORRETA. Leva em consideração aspectos da subjetividade, como bem vimos. E não há influência da Psicologia da Aprendizagem.

e) CORRETA. Está em concordância com a definição de diagnóstico compreensivo:

- Avaliam-se características da personalidade, a partir de aspectos psicodinâmicos, tais como: nível de funcionamento, funções do ego (insight), sistema de defesa.
- Favorece a indicação de recursos terapêuticos e a predição de resposta em relação a eles.

Gabarito: letra E.

17. (FCC – TRT 19º REGIÃO – 2014) A entrevista que determina o tipo de resposta desejada, mas não especifica as questões, ou seja, deixa as perguntas a critério do entrevistador, é denominada entrevista:

- a) Diretiva.
- b) Estruturada.
- c) Totalmente padronizada.
- d) Padronizada somente na pergunta.
- e) Aberta.

Comentários:

- a) INCORRETA. A entrevista diretiva tem perguntas estruturadas.
- b) INCORRETA. A entrevista estruturada ou dirigida tem um roteiro prévio das perguntas que serão realizadas.
- c) INCORRETA. É a entrevista estruturada. Envolve perguntas predefinidas que não podem ser alteradas nem reformuladas.
- d) INCORRETA. A entrevista padronizada somente nas perguntas possui questionário estruturado, mas que permite respostas abertas.
- e) CORRETA. A entrevista aberta determina o tipo de resposta desejada, mas não especifica as questões, ou seja, deixa as perguntas a critério do entrevistador, sendo assim, está de acordo com o enunciado.

Gabarito: letra E.



18. (FCC – TJ/RJ – 2012) M.L.S. de Ocampo e M.E.G. Arzeno, na obra O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas concordam que, em um psicodiagnóstico, a entrevista inicial é semidirigida quando o paciente:

- a) É interrogado sobre os motivos da consulta e responde a perguntas do terapeuta, porém sem liberdade para modificar a ordem dos temas apresentados.
- b) Começa respondendo a um questionário e depois poderá conversar livremente sobre as respostas dadas por ele.
- c) Dirige a entrevista escolhendo os principais temas a tratar com o entrevistador, sem que este interfira nas escolhas.
- d) Tem liberdade para expor seus problemas começando por onde preferir e incluindo o que desejar.
- e) Interroga o psicólogo sobre as questões que deseja esclarecer e o psicólogo estrutura suas perguntas a partir deste enquadre inicial.

Comentários:

- a) INCORRETA. Quando o entrevistado é interrogado sobre os motivos da consulta e responde a perguntas do terapeuta, porém sem liberdade para modificar a ordem dos temas apresentados, trata-se da entrevista estruturada.
- b) INCORRETA. A entrevista semidirigida não é caracterizada desta forma, com o entrevistado respondendo a um questionário e depois conversando livremente sobre as respostas.
- c) INCORRETA. De acordo com os autores, deve haver contribuição dos dois lados na entrevista inicial, tanto do entrevistador quanto do paciente.
- d) CORRETA. Os autores ressaltam a importância da liberdade do paciente em expor seus problemas, começando por onde preferir e incluindo o que desejar. O aspecto semidirigido da entrevista pode proporcionar isso.
- e) INCORRETA. O psicólogo não pode perder o foco sobre às questões que deseja esclarecer, embora o paciente tenha liberdade para expor suas demandas.

Gabarito: letra D.

19. (CESPE – TJ/AL –2012) Em construção de escalas para medir variáveis, conceitos ou construtos teóricos não observáveis diretamente, como inteligência, personalidade, etc., é fundamental que as medidas sejam precisas e capaz de medir o que se propõem medir, definições essas cujos conceitos, respectivamente, são

- a) Validade e fidedignidade.
- b) Exatidão e mensuração.



- c) Validade e compatibilidade.
- d) Fidedignidade e validade.
- e) Fidedignidade e precisão.

Comentários:

Questão fácil, né? É fundamental que as medidas sejam precisas, ou seja, fidedignas (lembra que precisão e fidedignidade são sinônimos?) e capaz de medir o que se propõem medir, ou seja, válidas. Sendo assim, os conceitos são, respectivamente, fidedignidade e validade. Se ainda ficou em dúvida ou confundiu alguns conceitos, volte ao conteúdo dos Testes Psicológicos e leia novamente com mais atenção.

Gabarito: letra D.

20. (FCC – TRE/CE – 2012) Os Testes de Rorschach e de Apercepção Temática (TAT) são classificados como:

- a) Visuais.
- b) Expressivos.
- c) Específicos.
- d) Projetivos.
- e) Gerais.

Comentários:

Testes Visuais, Específicos ou Gerais não são considerados uma categoria de Testes Psicológicos. Os testes projetivos integram uma categoria ampla capaz de abranger testes expressivos, estruturais e temáticos, todavia, os testes citados no enunciado são classificados como testes projetivos.

Gabarito: letra D.

21. (CESPE - EBSEH - 2018) Julgue o item que se segue, acerca da avaliação psicológica.

A avaliação psicológica e a testagem psicológica são processos similares, pois consistem na aplicação de testes psicológicos de diferentes tipos para diagnóstico de características comportamentais.

Comentários:

A testagem pode fazer parte do processo de avaliação psicológica, mas não, necessariamente, fará. Avaliação psicológica não é sinônimo de aplicação de teste.

Gabarito: INCORRETA



22. (FGV - DPE/RJ - 2019) Segundo a Resolução CFP nº 09/2018, os testes psicológicos, para serem reconhecidos para uso profissional de psicólogas e psicólogos, devem atender requisitos mínimos obrigatórios, entre os quais:

- a) apresentação de fundamentação teórica, com especial ênfase nos objetivos e na qualidade técnica;
- b) definição dos objetivos do teste e contexto de aplicação, com as referências bibliográficas;
- c) apresentação de evidências empíricas sobre as características técnicas dos métodos projetivos;
- d) pertinência teórica e qualidade técnica dos estímulos utilizados nos testes;
- e) descrição explícita da população-alvo com vistas à garantia da uniformidade dos procedimentos.

Comentários:

a) INCORRETA. A apresentação de fundamentação teórica é considerada requisito mínimo, como acabamos de ver, porém a ênfase deve ser dada à apresentação do constructo avaliado, considerando as definições técnicas e operacionais.

b) INCORRETA. As referências bibliográficas não estão atreladas ao requisito mínimo de definição dos objetivos do teste e contexto de aplicação.

c) INCORRETA. Conforme vimos, a apresentação de evidências empíricas sobre as características técnicas dos testes deve ocorrer sim, exceto para os testes projetivos/expressivos. A alternativa vem trazendo justamente o contrário.

d) CORRETA. Está em consonância com os requisitos mínimos apresentados pelo CFP. Pertinência teórica e qualidade técnica dos estímulos utilizados nos testes constitui requisito mínimo para que o teste tenha seu uso reconhecido.

e) INCORRETA. A apresentação explícita deve ser da aplicação e correção para que haja a garantia da uniformidade dos procedimentos.

Gabarito: Letra D.

23. (CESPE - ABIN - 2018) Com referência a avaliação de perfil comportamental e a instrumentos psicológicos, julgue o próximo item.

É adequada a criação de testes psicológicos projetivos conforme necessidade da instituição, sendo dispensadas evidências empíricas de validade e precisão das interpretações, desde que seja apresentada a fundamentação teórica do instrumento.

Comentários:

As evidências empíricas de validade e precisão não são dispensadas para a criação de um teste psicológico, seja ele projetivo ou psicométrico. Não é adequada a criação de um teste psicológico baseada, apenas, na



necessidade de uma instituição, dispensando evidências empíricas, ainda que seja apresentada fundamentação teórica.

Gabarito: INCORRETA.

24. (CEV - Psicólogo - Pref. de Mauriti - CE - 2019) O processo psicodiagnóstico pode ter um ou vários objetivos, dependendo dos motivos alegados ou reais do encaminhamento e/ou da consulta, que norteiam o elenco de hipóteses inicialmente formuladas, e delimitam o escopo da avaliação. De acordo com Cunha (1996), os objetivos mais comuns de uma avaliação psicológica são apresentados em todas as alternativas, EXCETO:

- a) Descrição
- b) Prevenção
- c) Prognóstico
- d) Perícia Forense
- e) Triagem

Comentários:

Como vimos no capítulo sobre Psicodiagnóstico, dos termos listados nas alternativas, "triagem" é o único que não está dentre os objetivos citados por Cunha. Viram a importância de sabermos os objetivos com clareza? Essa é, apenas, uma das diversas questões que abordam esse tema. Decorem!

Gabarito: Letra E

25. (FEPESE - Prefeitura de Campos Novos – 2019) Assinale a alternativa que indica corretamente o processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações para a tomada de decisão no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas.

- a) Teste projetivo
- b) Teste psicométrico
- c) Avaliação psicológica
- d) Entrevista psicológica
- e) Técnica gráfico-expressiva

Comentários:



Essa questão é bastante objetiva. Para respondê-la, você precisaria se lembrar da definição de Avaliação Psicológica proposta pela Resolução CFP nº 9/2018 – vista nesta aula.

"Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas." (Resolução CFP nº 9/2018)

Gabarito: letra C.

26. (AOCP - Polícia Civil do Espírito Santo – 2019) Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão. Sobre Avaliação Psicológica, assinale a alternativa correta.

- a) As hipóteses levantadas na avaliação psicológica devem ser testadas, independentemente do objetivo inicial do processo psicodiagnóstico.
- b) Métodos, técnicas e instrumentos utilizados na avaliação psicológica são predeterminados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).
- c) O psicólogo poderá recorrer a procedimentos e recursos auxiliares (fontes complementares de informação) para elaboração da avaliação psicológica.
- d) Antes da avaliação propriamente dita, é realizada uma entrevista para subsidiar o delineamento da conduta no psicodiagnóstico.
- e) A Declaração e o Parecer psicológico são documentos decorrentes da Avaliação Psicológica.

Comentários

- a) ERRADA. Os objetivos de uma avaliação são a fonte a partir da qual as hipóteses são geradas, por isso, hipóteses e objetivos devem estar sempre relacionados.
- b) ERRADA. Embora o CFP faça menção de fontes fundamentais e complementares, ele só regula o uso dos testes psicológicos – que devem ter parecer favorável no SATEPSI.
- c) CORRETA. Essa alternativa está correta porque reflete a orientação do CFP indicada na resolução CFP nº 09/2018.
- d) ERRADA. A entrevista já é uma etapa da avaliação psicológica, não acontece antes.
- e) ERRADA. Somente atestado e laudo são documentos derivados da Avaliação Psicológica.

Gabarito: letra C.



27. (AOCP - UFPB – 2019) Assinale a alternativa correta referente às características do processo de avaliação psicológica.

- a) No processo de avaliação, o testador pode ser substituído por outro sem afetar consideravelmente o resultado.
- b) O objetivo da avaliação psicológica é obter uma medida de natureza numérica em relação a uma capacidade ou atributo.
- c) As etapas do processo de avaliação psicológica são: administração do teste e interpretação de seu escore.
- d) A avaliação psicológica deve ser feita apenas utilizando testes psicológicos.
- e) O objetivo da avaliação psicológica é responder a uma questão de encaminhamento ou responder a um problema.

Comentários

- a) ERRADA. Essa alternativa está errada porque avaliação e testagem psicológicas não são sinônimos; o testador/avaliador deve permanecer o mesmo porque a relação dele com o avaliando/testando pode provocar variações nos resultados.
- b) ERRADA. Essa alternativa está errada porque a avaliação psicológica pode gerar resultados quantitativos (ex: testes psicométricos, observações), como também dados qualitativos (ex: testes projetivos, entrevistas, observações).
- c) ERRADA. Essa alternativa está errada porque avaliação e testagem psicológicas não são sinônimos. Somente a testagem se baseia nos resultados de testes.
- d) ERRADA. Essa alternativa está errada porque a avaliação psicológica pode utilizar fontes fundamentais e complementares, para além dos testes psicológicos.
- e) CORRETA. Essa alternativa está correta porque a avaliação irá oferecer subsídios para a tomada de decisões em diferentes contextos, partindo de questões ou problemas específicos.

Gabarito: letra E.

LISTA DE QUESTÕES

1. (CESPE – TJ/PA – 2020) Os testes projetivos permitem a obtenção de informações sobre diferentes níveis de funcionamento da personalidade e, para isso, são oferecidos ao examinando estímulos ambíguos que produzem associações consideradas expressões da personalidade. A respeito desses testes na avaliação psicológica, assinale a opção correta.



- a) Como o estímulo apresentado é ambíguo, ao falar sobre ele, o examinando se organiza e faz uma descrição objetiva bem próxima da realidade externa.
- b) O termo métodos de expressão indireta é uma nomenclatura apropriada e equivalente ao termo testes projetivos.
- c) As técnicas projetivas fornecem informações equivalentes às obtidas por meio das escalas.
- d) Mesmo que sejam desenvolvidos sistemas objetivos de avaliação, os passos finais na avaliação e integração dos dados brutos dependem da habilidade e da experiência clínica do examinador.
- e) A avaliação psicológica com utilização de testes projetivos baseia-se no conceito de associação controlada, uma vez que a associação livre ocorre somente em algumas circunstâncias.

2. (CESPE – TJ/PA – 2020) Pode-se considerar que a avaliação psicológica no Brasil está em pleno renascimento, haja vista a descrição, por diversos autores, de técnicas e práticas mais coesas do ponto de vista teórico-metodológico. Considerando esse assunto, assinale a opção correta.

- a) Em geral, a avaliação psicológica e a intervenção são abordadas, na literatura, como processos ininterruptos.
- b) O psicodiagnóstico interventivo propõe a condução de processos de avaliação psicológica para, entre outras finalidades, oferecer feedback para efeitos terapêuticos enquanto ocorre a avaliação.
- c) O psicodiagnóstico interventivo de orientação psicanalítica estabelece procedimentos pré-determinados e uniformes de conduta a serem seguidos.
- d) A avaliação terapêutica deve ser executada por profissionais de áreas específicas cuja orientação teórica esteja pautada em teorias intersubjetivas, fenomenológicas e interpessoais.
- e) O psicodiagnóstico é baseado na objetividade e adota uma categorização diagnóstica de baixa utilidade em termos terapêuticos.

3. (CESPE – TJ/AM – 2019) Em uma instituição pública, foi solicitado aos psicólogos que fizessem a avaliação de um servidor, tendo em vista o alto grau de estresse apresentado por ele, após a reformulação do método de trabalho ali implantado. De acordo com seus colegas de trabalho, esse servidor estaria apresentando comportamentos estranhos.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Se fossem aplicados, no caso em comento, os testes de Zulliger, Rorschach e Tat, o avaliado teria menores condições de manipular suas respostas.

4. (CESPE – TJ/AM – 2019) Em uma instituição pública, foi solicitado aos psicólogos que fizessem a avaliação de um servidor, tendo em vista o alto grau de estresse apresentado por ele, após a reformulação do método de trabalho ali implantado. De acordo com seus colegas de trabalho, esse servidor estaria apresentando comportamentos estranhos.



A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

No caso relatado, poderia ser aplicada compulsoriamente a avaliação com testes, na qual se indicam os inventários e as escalas, pois esses testes não são manipuláveis pelo paciente, que, nesse contexto, tenderia a responder da forma que imagina ser a mais favorável para si.

5. (CESPE – TJ/AM – 2019) Em uma instituição pública, foi solicitado aos psicólogos que fizessem a avaliação de um servidor, tendo em vista o alto grau de estresse apresentado por ele, após a reformulação do método de trabalho ali implantado. De acordo com seus colegas de trabalho, esse servidor estaria apresentando comportamentos estranhos.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

É desaconselhável aplicar, no caso desse servidor, testes embasados em métodos de autoexpressão, que, por facilitarem manipulação de respostas, comprometem a confiabilidade dos dados obtidos.

6. (CESPE – STJ – 2018) A respeito de avaliação psicológica e dos instrumentos de avaliação, julgue o item seguinte.

Os testes psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas e psiquiátricas que constituem um método ou técnica de uso privativo do psicólogo.

7. (CESPE – STJ – 2018) A respeito de avaliação psicológica e dos instrumentos de avaliação, julgue o item seguinte.

Considerando-se os limites da avaliação psicológica e o comportamento humano, resultado de uma complexa teia de dimensões inter-relacionadas que interagem para produzi-lo, as avaliações psicológicas têm um limite em relação ao que é possível entender e prever, mesmo baseando-se em métodos cientificamente comprovados.

8. (FCC – TJ/MA – 2019) Em relação ao psicodiagnóstico infantil, na escolha da bateria de teste mais adequada para entender e avaliar a criança, considere as assertivas a seguir.

I. Será imprescindível pensar em testes que auxiliem a compreender o maior número possível de condutas da criança.

II. É recomendado iniciar com os testes mais ansiógenos, para que o profissional tenha mais tempo de lidar com os conteúdos ao longo do processo.

III. Não será possível realizar comparações entre os diferentes testes realizados, pois cada um refletirá aspectos específicos da personalidade da criança.

IV. É importante planejar a sequência em que serão aplicados os testes, levando-se em conta a natureza do teste e o caso avaliado.

Está correto o que consta APENAS em



- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) I e IV.

9. (CESPE – TCE/PA – 2016) No que se refere à avaliação psicológica e ao psicodiagnóstico, julgue o item que se segue.

A comunicação dos resultados, enquanto etapa do processo psicodiagnóstico, é uma fonte de informação que permite sintetizar o caso e emitir o diagnóstico.

10. (CESPE – TRE/BA – 2017) No que se refere a avaliação e testagem psicológica, julgue os seguintes itens.

I Fidedignidade ou padronização refere-se ao sistema de interpretação dos escores obtidos em um teste.

II A validade de um teste reside na sua capacidade de medir aquilo que se propõe a avaliar.

III A precisão é uma característica necessária e suficiente para garantir a validade de um instrumento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

11. (CESPE – TJ/AM – 2019) Caso clínico 10A2-I

Francisca, de quarenta e um anos de idade, servidora pública, apresentou, há um ano, diagnóstico de depressão, quando descobriu que sua filha, Maria, havia sido abusada sexualmente pelo pai, marido de Francisca à época. A menina, atualmente com cinco anos de idade, permaneceu um ano sem acompanhamento psicológico, embora tenha sido encaminhada pela instância policial aos serviços especializados de apoio, no momento dos fatos. A mãe decidiu, então, procurar serviço interno de psicologia, orientada por uma colega de setor, onde fez o seguinte relato: "Estou perdida e não sei o que fazer. Minha filha me pede para brincar com ela de coisas estranhas, sempre mencionando que era assim que o pai brincava com ela. Na escola, apresenta choro fácil, retraimento e baixa autoestima. Não quer ficar



sozinha com ninguém, em lugar nenhum. Só fica comigo. Não tenho conseguido nem levá-la à escola. Ela não fica. Tem feito xixi na cama todas as noites. Não sei mais o que fazer. Às vezes, penso que queria desligar um botão, dormir e nunca mais acordar. Quando esses pensamentos 'agoniam' muito minha cabeça, tomo uns remedinhos, mas acordo com peso na consciência por ter deixado minha filha sozinha. Se um dia eu for desta para uma melhor, eu a levo comigo. O pai dela saiu de casa no dia em que descobri tudo. Ele negou, mas não teve dúvida. Havia alguma coisa estranha. Minha filha vivia com assaduras. Um dia, ao lhe dar banho, ela me perguntou se eu gostaria que ela pegasse nas minhas partes como o 'papai pedia para ela'. Fui direto para a delegacia”.

A criança mora com a mãe — sem contato com o pai, por determinação judicial —, sob medida protetiva e apoio do programa de proteção à vítima.

Ainda tendo como referência a situação descrita no caso clínico 10A2-I, assim como o conceito, as temáticas, os aspectos éticos e interdisciplinares da psicologia jurídica e o Código de Ética do profissional psicólogo, julgue o próximo item.

Sendo o caso de Maria levado à justiça, o psicólogo que atua como perito deverá produzir, ao final da avaliação psicológica, um laudo pormenorizado, com descrição de todas as informações colhidas ao longo do atendimento.

12. (CESPE - TJ/PA - 2020) A respeito da construção de instrumentos psicológicos, assinale a opção correta.

- a) A elaboração de instrumentos e escalas psicológicas baseia-se exclusivamente em dois grandes polos, que envolvem procedimentos teóricos e procedimentos analíticos (estatísticos).
- b) A definição constitutiva para construção dos itens envolve a concepção do construto, em termos de conceitos próprios da teoria em que ele se insere.
- c) A análise semântica dos itens envolve uma análise teórica feita por juízes para avaliar a pertinência dos itens ao construto que representam.
- d) A análise final é composta pela etapa de validação do instrumento, que consiste em coletar informação empírica válida e submetê-la às análises estatísticas pertinentes em psicometria.
- e) Para elaborar um inventário, é necessário partir da realização de entrevistas, para identificar os tipos e as categorias de comportamentos que constituem uma representação adequada das dificuldades de aprendizagem dos pacientes.

13. (CESPE - TJ/AM - 2019) A respeito de aspectos relacionados à violência familiar, julgue o item a seguir.

A avaliação da vítima de violência psicológica no contexto familiar deve ser feita por meio de instrumentos padronizados, sem uso de entrevista, para assegurar a confiabilidade das informações obtidas, o respeito à privacidade e a proteção da vítima.



14. (PUC - TJ/PR - 2017) Sobre as propriedades psicométricas dos instrumentos de avaliação psicológica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A fidedignidade de um teste refere-se a quanto o resultado obtido pelo indivíduo se aproxima do resultado verdadeiro do sujeito num traço qualquer. Ela tem sido analisada à luz da quantidade de erros presente nos resultados do teste, de forma que, apenas quando não existem erros, considera-se a medida confiável.
- b) Os dois parâmetros mais importantes de legitimidade de uma medida ou teste são a utilidade e a precisão.
- c) A validade de uma medida pode ser verificada sob diferentes perspectivas, entre elas encontram-se a validade de construto, a validade de conteúdo e a validade de critério.
- d) Um instrumento é considerado válido quando a sua padronização inclui normas de idade e de gênero.
- e) O processo de padronização de um teste ocorre por meio da tradução de um instrumento reconhecido internacionalmente. A tradução integral é a garantia da legitimidade do instrumento.

15. (UFPR – TJ/PR –2013) A entrevista psicológica é um processo bidirecional de interação entre duas ou mais pessoa com o propósito previamente fixado no qual uma delas, o entrevistador, procura saber o que acontece com a outra, o entrevistado, procurando agir conforme esse conhecimento (Jurema Cunha, 2000).

Considerando a que a autora se refere ao salientar que a ação do entrevistador deve ser coerente com o conhecimento que advém do processo de entrevista, avalie as seguintes afirmativas:

- 1. Todos os dados que o entrevistador procura coletar no decorrer da entrevista devem ter relação direta ou indireta com a demanda da avaliação psicológica.
- 2. Os indícios de dificuldades, tanto em responder aos questionamentos quanto em estabelecer uma relação de confiança com o profissional, devem sinalizar ao entrevistador a necessidade de utilizar formas mais adequadas ao abordar os aspectos que necessitam de informação.
- 3. Ao sinal de resistência, o entrevistador deve questionar o entrevistado acerca dos motivos de tal atitude e assumir uma atitude mais diretiva, para que o processo não seja comprometido.
- 4. O campo relacional que se estabelece entre entrevistador e entrevistado é foco de instrumentalização por parte do entrevistador.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.



d) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

16. (FCC – TRT 6º REGIÃO – 2012) No processo psicodiagnóstico de tipo compreensivo, o psicólogo busca

a) Aplicar e avaliar testes psicológicos, com a finalidade de auxiliar o trabalho de outros profissionais, entrando em contato com aspectos parciais da personalidade do examinando.

b) Transpor para o diagnóstico psicológico, noções advindas do diagnóstico clínico em medicina.

c) Configurar uma espécie de antevisão dos fenômenos que a prática psicanalítica bem sucedida encontraria no paciente, e com os quais lidaria.

d) Considerar prioritário os dados da observação objetiva, com exclusão de apreciações a respeito do mundo interno, respaldado na Psicologia da Aprendizagem.

e) Encontrar um sentido para o conjunto das informações disponíveis, tomar aquilo que é relevante e significativo na personalidade.

17. (FCC – TRT 19º REGIÃO – 2014) A entrevista que determina o tipo de resposta desejada, mas não especifica as questões, ou seja, deixa as perguntas a critério do entrevistador, é denominada entrevista:

a) Diretiva.

b) Estruturada.

c) Totalmente padronizada.

d) Padronizada somente na pergunta.

e) Aberta.

18. (FCC – TJ/RJ – 2012) M.L.S. de Ocampo e M.E.G. Arzeno, na obra O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas concordam que, em um psicodiagnóstico, a entrevista inicial é semidirigida quando o paciente:

a) É interrogado sobre os motivos da consulta e responde a perguntas do terapeuta, porém sem liberdade para modificar a ordem dos temas apresentados.

b) Começa respondendo a um questionário e depois poderá conversar livremente sobre as respostas dadas por ele.

c) Dirige a entrevista escolhendo os principais temas a tratar com o entrevistador, sem que este interfira nas escolhas.

d) Tem liberdade para expor seus problemas começando por onde preferir e incluindo o que desejar.



e) Interroga o psicólogo sobre as questões que deseja esclarecer e o psicólogo estrutura suas perguntas a partir deste enquadre inicial.

19. (CESPE – TJ/AL –2012) Em construção de escalas para medir variáveis, conceitos ou construtos teóricos não observáveis diretamente, como inteligência, personalidade, etc., é fundamental que as medidas sejam precisas e capaz de medir o que se propõem medir, definições essas cujos conceitos, respectivamente, são

- a) Validade e fidedignidade.
- b) Exatidão e mensuração.
- c) Validade e compatibilidade.
- d) Fidedignidade e validade.
- e) Fidedignidade e precisão.

20. (FCC – TRE/CE – 2012) Os Testes de Rorschach e de Apercepção Temática (TAT) são classificados como:

- a) Visuais.
- b) Expressivos.
- c) Específicos.
- d) Projetivos.
- e) Gerais.

21. (CESPE - EBSERH - 2018) Julgue o item que se segue, acerca da avaliação psicológica.

A avaliação psicológica e a testagem psicológica são processos similares, pois consistem na aplicação de testes psicológicos de diferentes tipos para diagnóstico de características comportamentais.

22. (FGV - DPE/RJ - 2019) Segundo a Resolução CFP nº 09/2018, os testes psicológicos, para serem reconhecidos para uso profissional de psicólogas e psicólogos, devem atender requisitos mínimos obrigatórios, entre os quais:

- a) apresentação de fundamentação teórica, com especial ênfase nos objetivos e na qualidade técnica;
- b) definição dos objetivos do teste e contexto de aplicação, com as referências bibliográficas;
- c) apresentação de evidências empíricas sobre as características técnicas dos métodos projetivos;
- d) pertinência teórica e qualidade técnica dos estímulos utilizados nos testes;



e) descrição explícita da população-alvo com vistas à garantia da uniformidade dos procedimentos.

23. (CESPE - ABIN - 2018) Com referência a avaliação de perfil comportamental e a instrumentos psicológicos, julgue o próximo item.

É adequada a criação de testes psicológicos projetivos conforme necessidade da instituição, sendo dispensadas evidências empíricas de validade e precisão das interpretações, desde que seja apresentada a fundamentação teórica do instrumento.

Comentários:

As evidências empíricas de validade e precisão não são dispensadas para a criação de um teste psicológico, seja ele projetivo ou psicométrico. Não é adequada a criação de um teste psicológico baseada, apenas, na necessidade de uma instituição, dispensando evidências empíricas, ainda que seja apresentada fundamentação teórica.

Gabarito: INCORRETA.

24. (CEV - Psicólogo - Pref. de Mauriti - CE - 2019) O processo psicodiagnóstico pode ter um ou vários objetivos, dependendo dos motivos alegados ou reais do encaminhamento e/ou da consulta, que norteiam o elenco de hipóteses inicialmente formuladas, e delimitam o escopo da avaliação. De acordo com Cunha (1996), os objetivos mais comuns de uma avaliação psicológica são apresentados em todas as alternativas, EXCETO:

- a) Descrição
- b) Prevenção
- c) Prognóstico
- d) Perícia Forense
- e) Triagem

25. (FEPESE - Prefeitura de Campos Novos – 2019) Assinale a alternativa que indica corretamente o processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações para a tomada de decisão no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas.

- a) Teste projetivo
- b) Teste psicométrico
- c) Avaliação psicológica
- d) Entrevista psicológica



e) Técnica gráfico-expressiva

26. (AOCP - Polícia Civil do Espírito Santo – 2019) Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão. Sobre Avaliação Psicológica, assinale a alternativa correta.

a) As hipóteses levantadas na avaliação psicológica devem ser testadas, independentemente do objetivo inicial do processo psicodiagnóstico.

b) Métodos, técnicas e instrumentos utilizados na avaliação psicológica são predeterminados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

c) O psicólogo poderá recorrer a procedimentos e recursos auxiliares (fontes complementares de informação) para elaboração da avaliação psicológica.

d) Antes da avaliação propriamente dita, é realizada uma entrevista para subsidiar o delineamento da conduta no psicodiagnóstico.

e) A Declaração e o Parecer psicológico são documentos decorrentes da Avaliação Psicológica.

e) ERRADA. Essa alternativa está errada porque somente parecer e laudo são documentos derivados da Avaliação Psicológica.

Gabarito: letra C.

27. (AOCP - UFPB – 2019) Assinale a alternativa correta referente às características do processo de avaliação psicológica.

a) No processo de avaliação, o testador pode ser substituído por outro sem afetar consideravelmente o resultado.

b) O objetivo da avaliação psicológica é obter uma medida de natureza numérica em relação a uma capacidade ou atributo.

c) As etapas do processo de avaliação psicológica são: administração do teste e interpretação de seu escore.

d) A avaliação psicológica deve ser feita apenas utilizando testes psicológicos.

e) O objetivo da avaliação psicológica é responder a uma questão de encaminhamento ou responder a um problema.



GABARITO

- | | | |
|--------------|---------------|---------------|
| 1. B | 11. INCORRETA | 21. INCORRETA |
| 2. B | 12. B | 22. INCORRETA |
| 3. CORRETA | 13. INCORRETA | 23. INCORRETA |
| 4. INCORRETA | 14. C | 24. E |
| 5. INCORRETA | 15. C | 25. C |
| 6. INCORRETA | 16. E | 26. C |
| 7. CORRETA | 17. E | 27. E |
| 8. E | 18. D | |
| 9. CORRETA | 19. D | |
| 10. B | 20. D | |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Resolução CFP nº 09/2018. Retirada de: <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao-CFP-nº-09-2018-com-anexo.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Resolução CFP nº 006/2019. Retirada de: <https://www.crsp.org/uploads/legislacao/1473/rPkV4H23R7PZFhhVI6liwdlyMDx1WRC-.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Cartilha de Avaliação Psicológica. Retirada de: <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Cartilha-Avaliacao-Psicologica.pdf>

Cunha, J. A. (2014). Psicodiagnóstico-V. Porto Alegre: Artmed. Hutz, C. S.; Bandeira, D. R.; & Trentini, C. M. (2015). Psicometria. Porto Alegre: Artmed.

Lins, M. R. C.; & Borsa, J. C. (2017). Avaliação Psicológica: Aspectos Teóricos e Práticos. Petrópolis: Vozes.

PASQUALI, L. Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. Em L. Pasquali (org.). Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. Brasília, DF: Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida - LabPAM, 1999.

SANTOS, S. G. (2014). A Entrevista em Avaliação Psicológica. Revista On-line Ipog: Especialize, Goiânia, 1, 1-15.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.